



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 01 | Janeiro 2013



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Janeiro de 2013

Elaborado com informação disponível até ao dia 25 de janeiro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

| | |
|-------------------------------------------|-----------|
| <hr/> | |
| Conjuntura | 5 |
| Sumário | 7 |
| 1. Enquadramento Internacional | 11 |
| 2. Conjuntura Nacional | 15 |
| 3. Comércio Internacional | 27 |
| <hr/> | |
| Iniciativas e Medidas Legislativas | 33 |
| <hr/> | |
| Abreviaturas Utilizadas | 45 |

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Em 2012, a economia mundial desacelerou, tendência que se estendeu à generalidade das regiões, com destaque para um fraco crescimento das economias avançadas devido ao enfraquecimento da economia europeia, especialmente da área do euro, e um maior dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento. As economias emergentes também abrandaram, apesar dos países asiáticos, terem mantido um crescimento robusto, tendo o PIB da China aumentado 7,8% em termos homólogos reais (9,3% em 2011). Refletindo o menor crescimento económico da economia mundial, as trocas comerciais de bens e serviços também desaceleraram, tendo aumentado cerca de 2,8% em volume, no ano de 2012 (5,9% em 2011).
- * No decurso do ano de 2012, os fatores de incerteza tornaram-se muito elevados e os riscos no sentido descendente da atividade económica mundial aumentaram consideravelmente devido sobretudo à deterioração significativa dos países do sul da área do euro e à intensificação e alastramento da crise da dívida soberana na área do euro a um conjunto alargado de economias (nomeadamente Espanha e Itália), com impacto nos custos de financiamento e nos níveis de confiança dos agentes económicos.
- * Porém, na parte final do ano, assistiu-se a uma diminuição da incerteza e dos riscos financeiros globais associados à dívida soberana refletindo, em parte, o acordo alcançado sobre a supervisão bancária europeia sob a égide do BCE e do recente acordo orçamental nos EUA (*fiscal cliff*). Com efeito, e refletindo os factos acima referidos, o diferencial de rendibilidade das taxas de juro de longo prazo dos países do sul da área do euro (mais afetados pela crise de dívida soberana) diminuiu face à Alemanha; os índices bolsistas internacionais valorizaram-se e a taxa de câmbio do euro face ao dólar apreciou-se fortemente, situando-se, no dia 25 de janeiro de 2013, em 1,35 (o valor mais elevado desde o início do mês de dezembro de 2011).
- * No 4.º trimestre de 2012, a atividade económica dos EUA manteve uma expansão moderada, embora em desaceleração (abrandamento da produção industrial, vendas a retalho e exportações nominais). Contudo, o mercado imobiliário evoluiu favoravelmente e a taxa de desemprego diminuiu para 7,8% (8,1% no 3.º trimestre) e, a taxa de inflação homóloga aumentou para 1,9% (1,7% no 3.º trimestre).
- * No 4.º trimestre de 2012, o indicador de sentimento económico aumentou ligeiramente para a União Europeia (UE), invertendo a tendência descendente registada desde o 2.º trimestre, e, continuou a diminuir para a área do euro (AE), embora de forma menos pronunciada. Os indicadores quantitativos para a AE indicam a manutenção de uma fraca atividade económica, com destaque para a deterioração da produção industrial e das vendas a retalho e, para um abrandamento do crescimento das exportações. Em novembro de 2012, a taxa de desemprego manteve-se em 10,7% na UE e, subiu para 11,8% na AE. Em dezembro de 2012, a taxa de inflação da área do euro manteve-se em 2,2% em termos homólogos e em 2,5% em termos de variação dos últimos 12 meses.
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* aumentou, em janeiro de 2013, para se situar, em média, em 112 USD/bbl (84€/bbl), até ao dia 25, prolongando a tendência de subida registada no ano de 2012, a qual se situou, em média, em 111,6 USD/bbl (110,8 USD/bbl em 2011).

Conjuntura Nacional

- * O indicador de clima económico do INE agravou-se no 4.º trimestre, em consequência da deterioração da confiança dos empresários e dos consumidores. Contudo, até novembro, os dados quantitativos para a atividade económica, consumo e investimento recuperaram ligeiramente.
- * O Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 2,8% em 2012 (-0,9 p.p. face ao verificado em 2011).

- * Em 2012, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo comparável na Administração Local, foi de 7.028,2M€. Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 6.926,9M€, aumentando 856,1M€ face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu o acréscimo dos défices do Estado, em 1.854,3M€, e, em menor grau, da Administração Regional, em 277,9M€ e da Segurança Social, em 26,4M€. Em sentido inverso, o aumento do excedente dos Fundos e Serviços Autónomos, em 1.302,5M€, compensou parcialmente a evolução dos restantes subsectores. O défice das EPR foi de 749,1M€, mais 45,8M€ do que o registado até ao mês anterior.
- * Em 2012, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS aponta para um excedente de 1.879M€, o que compara com um défice de 272,5M€ registado no período homólogo. Excluindo, em 2012, a transferência da verba contemplada no orçamento retificativo destinada à regularização de dívidas de anos anteriores (1.932M€), o défice do SNS melhora em 219,5M€ face ao ano anterior.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 6,5% nos primeiros onze meses de 2012. Neste mesmo período, as importações decresceram 5,2%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 35,6%, equivalente a 5.416 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 81,2%, mais 8,9 p.p. que em igual período de 2011.
- * Nos primeiros onze meses de 2012, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (4,9%). As importações decresceram a uma taxa superior à registada pelas importações totais (-8,8%), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 68,7%.
- * No último ano a terminar em novembro de 2012, as exportações de mercadorias cresceram 6,3% em termos homólogos, sendo de destacar o contributo dos “Energéticos” (+2,2 p.p.), das “Máquinas” (+1,4 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,1 p.p.). Nos primeiros onze meses de 2012, deve igualmente destacar-se o contributo positivo destes grupos de produtos: “Energéticos” (+2,0 p.p.), “Máquinas” (+1,5 p.p.) e “Minérios e Metais” (+1,3 p.p.).
- * De janeiro a novembro de 2012, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 1,4 % e contribuíram em 1,0 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 1,0 % e as exportações para os países do Alargamento 10,1 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 0,7 p.p. e 0,3 p.p.. Apesar da perda de importância relativa no total das exportações de mercadorias (de 25,0 % para 22,5 % no período de janeiro a novembro de 2011 e 2012, respetivamente) Espanha permanece o principal mercado de destino das exportações de mercadorias. As exportações para os Países Baixos (+0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15 seguidas das exportações para França e o Reino Unido (ambos com +0,4 p.p.).
- * Nos primeiros onze meses de 2012, as **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 21,8%, passando a representar 28,8 % do total das exportações nacionais (+3,6 p.p. face ao período

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de novembro de 2012 correspondem a uma primeira versão preliminar. Os dados divulgados para o ano de 2011 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados.

homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+130,2%), Angola (+32,2%) e os EUA (+27,6%).

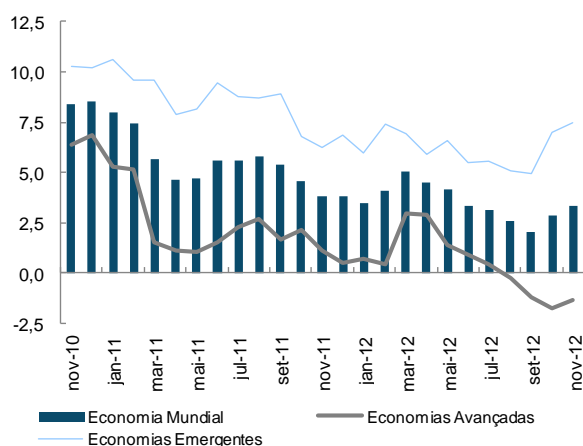
- * De janeiro a novembro de 2012, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 7,0%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+6,0 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de outubro de 2012, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,1% nos primeiros dez meses de 2012. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior ao dos Serviços (7,0% e 0,8%, respetivamente). A componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das Exportações (+4,9 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em novembro de 2012, a produção industrial mundial acelerou para 3,3% em termos homólogos (2,9% em outubro) devido sobretudo à melhoria do crescimento dos países emergentes (especialmente asiáticos). A produção industrial das economias avançadas também melhorou, apesar de ter continuado a registar uma variação negativa.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



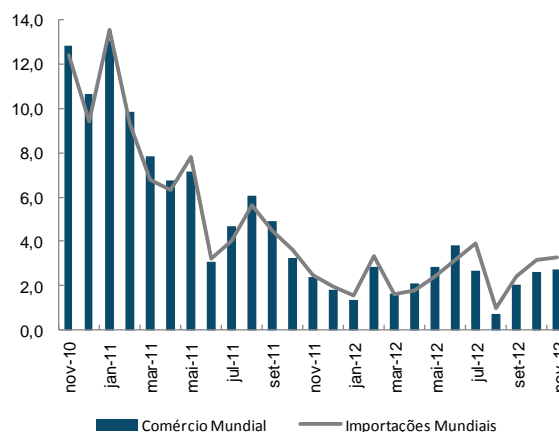
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também acelerou, abrangendo tanto as importações como as exportações mundiais de igual magnitude.

De facto, em novembro de 2012 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial registou um aumento de 2,7% (2,6% em outubro);
- as importações e as exportações mundiais aceleraram para 3,3% e 2,2%, respetivamente (3,2% e 2,1%, em outubro).

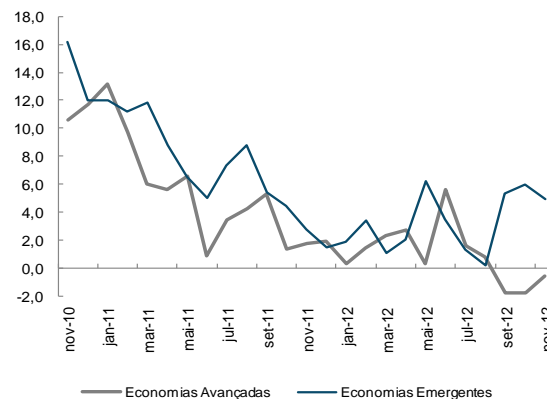
Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Neste mês, as economias avançadas registaram uma melhoria das trocas comerciais; enquanto os países emergentes viram o seu comércio externo abrandar, tendo apresentado um crescimento menos robusto. De facto, as importações das economias avançadas recuperaram ligeiramente, invertendo a tendência de quebra verificada desde o verão e, as exportações melhoraram, tendo a sua variação sido menos negativa.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

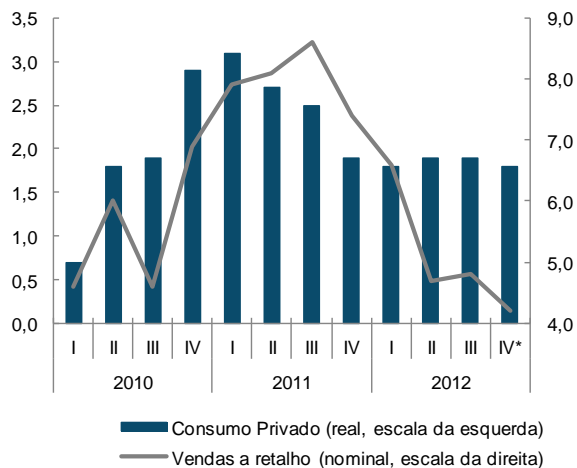
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

| Indicador | Unidade | Fonte | 2011 | 2011 | | 2012 | | | 2012 | | | |
|---------------------------------------|---------|-------|------|------|-----|------|-----|------|------|------|------|------|
| | | | | 3T | 4T | 1T | 2T | 3T | ago | set | out | nov |
| Índice de Produção Industrial Mundial | VH | CPB | 5,4 | 5,6 | 4,0 | 4,2 | 4,0 | 2,6 | 2,6 | 2,1 | 2,9 | 3,3 |
| Economias Avançadas | VH | CPB | 2,2 | 2,2 | 1,2 | 1,3 | 1,7 | -0,3 | -0,3 | -1,2 | -1,8 | -1,4 |
| Economias Emergentes | VH | CPB | 8,4 | 8,8 | 6,6 | 6,8 | 6,0 | 5,2 | 5,1 | 4,9 | 7,0 | 7,5 |
| Comércio Mundial de Mercadorias | VH | CPB | 5,8 | 5,2 | 2,5 | 2,0 | 2,9 | 1,8 | 0,7 | 2,1 | 2,6 | 2,7 |
| Importações Mundiais | VH | CPB | 5,7 | 4,7 | 2,7 | 2,2 | 2,5 | 2,4 | 1,0 | 2,4 | 3,2 | 3,3 |
| Economias Avançadas | VH | CPB | 3,6 | 2,2 | 0,9 | 0,5 | 0,7 | 0,0 | 0,0 | -0,8 | -1,1 | 0,5 |
| Economias Emergentes | VH | CPB | 8,1 | 7,6 | 4,7 | 4,1 | 4,4 | 5,1 | 2,1 | 6,0 | 7,8 | 6,3 |
| Exportações Mundiais | VH | CPB | 5,9 | 5,7 | 2,3 | 1,7 | 3,4 | 1,2 | 0,5 | 1,7 | 2,1 | 2,2 |
| Economias Avançadas | VH | CPB | 4,9 | 4,3 | 1,7 | 1,4 | 2,8 | 0,2 | 0,8 | -1,8 | -1,8 | -0,6 |
| Economias Emergentes | VH | CPB | 7,0 | 7,2 | 2,9 | 2,1 | 3,9 | 2,3 | 0,2 | 5,3 | 5,9 | 4,9 |

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2012 indicam a continuação de uma expansão económica moderada dos EUA, uma aceleração do crescimento do PIB da China e uma deterioração da atividade industrial do Japão.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



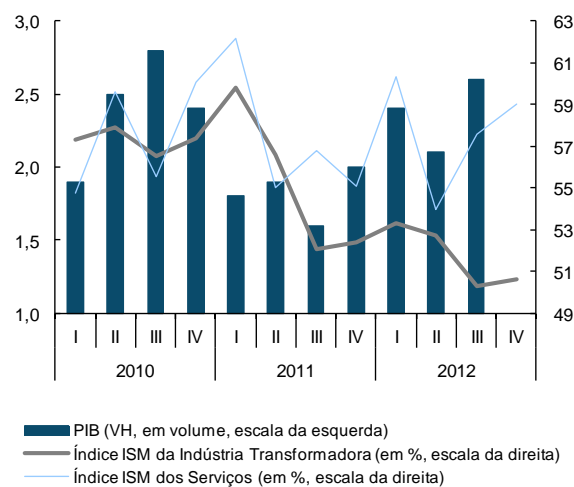
Fonte: Bureau of Economic Analysis. * P/Consumo privado, média dos meses de outubro e novembro.

Nos **EUA**, os dados disponíveis para o 4.º trimestre de 2012 indicam a manutenção de uma atividade económica relativamente moderada, embora em desaceleração. Com efeito, neste trimestre e, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou para 2,3% (3,4% no 3.º trimestre) apesar da melhoria registada do indicador de confiança dos empresários da indústria e dos serviços;
- as vendas a retalho abrandaram para 4,2% em termos nominais (4,8% no 3.º trimestre);
- a taxa de desemprego desceu para 7,8% e a taxa de inflação aumentou para 1,9% (1,7% no 3.º trimestre).

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2012 e em comparação homóloga, o consumo privado desacelerou para 1,8% em termos reais e as exportações abrandaram para 2,2% em termos nominais (2,8% no 3.º trimestre)

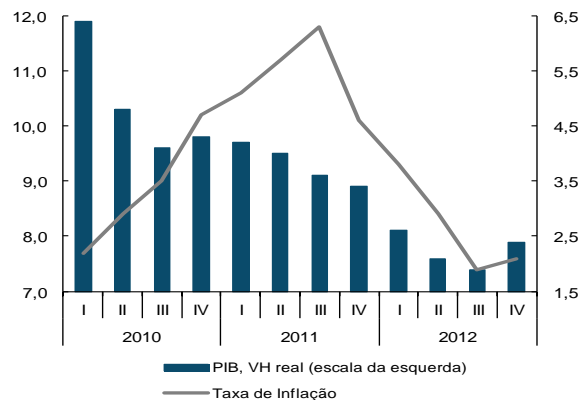
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 4.º trimestre de 2012, o crescimento do PIB da **China** acelerou para 7,9% (7,4% no 3.º trimestre). Para esta evolução contribuiu um forte crescimento da procura interna e uma melhoria das exportações, nomeadamente para os EUA, restantes países asiáticos, Rússia e Brasil. A taxa de inflação homóloga subiu para 2,1% no 4.º trimestre de 2012 (1,9% no 3.º trimestre).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

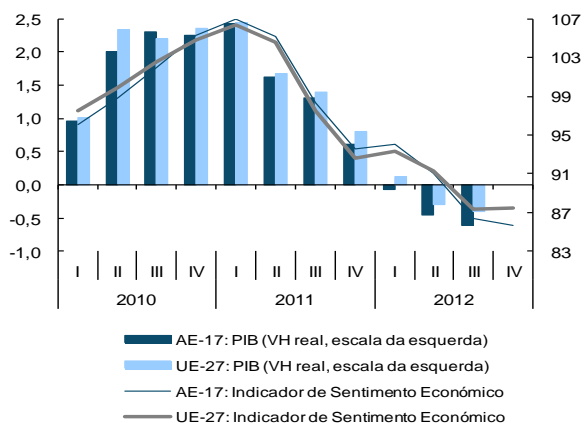
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2011 | | | | | 2012 | | | |
|-----------------------------------------|---------|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | | | | 4T | 1T | 2T | 3T | 4T | set | out | nov | dez |
| EUA – PIB real | VH | BEA | : | 2,0 | 2,4 | 2,1 | 2,6 | : | - | - | - | - |
| Índice de Produção Industrial | VH | BGFRS | 3,7 | 4,1 | 4,5 | 4,8 | 3,4 | 2,3 | 3,0 | 2,0 | 2,8 | 2,3 |
| Índice ISM da Indústria Transformadora | % | ISM | 51,7 | 52,4 | 53,3 | 52,7 | 50,3 | 50,6 | 51,5 | 51,7 | 49,5 | 50,7 |
| Índice ISM dos Serviços | % | " | 57,7 | 55,1 | 60,3 | 54,0 | 57,6 | 59,0 | 59,9 | 55,4 | 61,2 | 60,3 |
| Indicador de Confiança dos Consumidores | SRE | Michigan | 76,5 | 64,8 | 75,5 | 76,3 | 75,0 | 79,4 | 78,3 | 82,6 | 82,7 | 72,9 |
| Taxa de Desemprego | % | BLS | 8,1 | 8,7 | 8,3 | 8,2 | 8,1 | 7,8 | 7,8 | 7,9 | 7,8 | 7,8 |
| China – PIB real | VH | NBSC | 7,8 | 8,9 | 8,1 | 7,6 | 7,4 | 7,9 | - | - | - | - |
| Exportações | VH | MC | 7,9 | 14,4 | 8,9 | 10,5 | 4,5 | 9,4 | 9,9 | 11,6 | 2,6 | 14,1 |
| Japão – PIB real | VH | COGJ | : | 0,0 | 3,3 | 4,0 | 0,5 | : | - | - | - | - |

Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2012, o indicador de sentimento económico aumentou ligeiramente para a União Europeia (UE), invertendo a tendência descendente registada desde o 2.º trimestre, e continuou a diminuir para a área do euro (AE), embora de forma menos pronunciada do que nos anteriores trimestres.

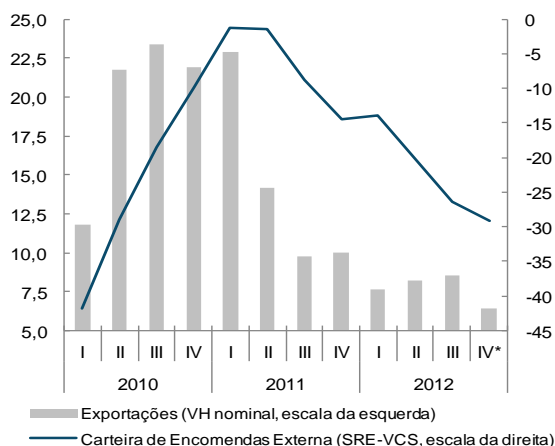
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2012, os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro indicam um enfraquecimento da atividade económica.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

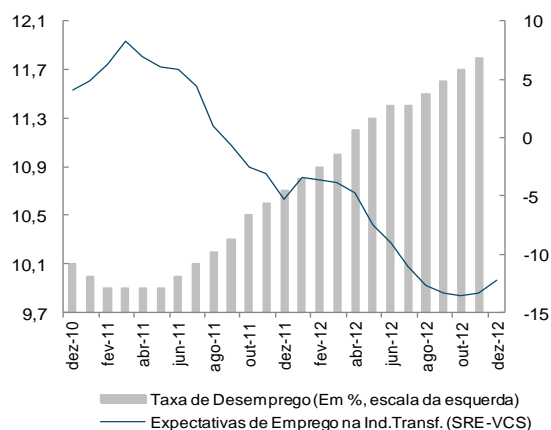


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média dos meses de outubro e novembro.

Em novembro de 2012, a taxa de desemprego manteve-se em 10,7% na UE e, subiu para 11,8% na AE.

Em dezembro de 2012, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora e dos serviços; estabilizaram para o comércio a retalho e pioraram para a construção.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em dezembro de 2012, a taxa de inflação da área do euro manteve-se em 2,2% em termos homólogos. Esta evolução resultou da diminuição dos preços de bens industriais, especialmente de energia, contrabalançada pelo aumento dos preços de produtos alimentares, proveniente sobretudo dos não transformados.

Em 2012, a taxa de inflação média da área do euro diminuiu para 2,5% (2,7% em 2011), situação para a qual contribuiu a descida dos preços de energia, tendo diminuído para 7,6% (11,9% em 2011). Pelo contrário, assistiu-se a um aumento dos preços de bens alimentares devido ao segmento dos não transformados. Excluindo os preços de energia e dos produtos alimentares não transformados, a taxa de inflação média anual foi de 1,8% (1,7% em 2011).

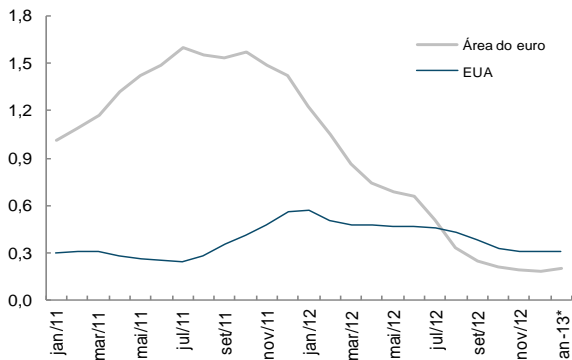
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2011 | | | | | 2012 | | | |
|-----------------------------------|---------|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | | | | 4T | 1T | 2T | 3T | 4T | set | out | nov | dez |
| União Europeia (UE-27) – PIB real | VH | Eurostat | : | 0,8 | 0,1 | -0,3 | -0,4 | : | - | - | - | - |
| Indicador de Sentimento Económico | Índice | CE | 89,9 | 92,6 | 93,3 | 91,3 | 87,4 | 87,5 | 86,2 | 86,1 | 88,1 | 88,4 |
| Área do Euro (AE-17) – PIB real | VH | Eurostat | : | 0,6 | -0,1 | -0,5 | -0,6 | : | - | - | - | - |
| Indicador de Sentimento Económico | Índice | CE | 89,3 | 93,6 | 94,1 | 91,1 | 86,4 | 85,7 | 85,2 | 84,3 | 85,7 | 87,0 |
| Índice de Produção Industrial | VH | Eurostat | : | -0,2 | -1,6 | -2,2 | -2,4 | : | -2,7 | -3,4 | -3,5 | : |
| Índice de Vendas a Retalho | VH real | " | : | -1,3 | -1,1 | -1,3 | -1,4 | : | -1,8 | -2,6 | -2,0 | : |
| Taxa de Desemprego | % | " | : | 10,6 | 10,9 | 11,3 | 11,5 | : | 11,6 | 11,7 | 11,8 | : |
| IHPC | VH | " | 2,5 | 2,9 | 2,7 | 2,5 | 2,5 | 2,3 | 2,6 | 2,5 | 2,2 | 2,2 |

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em janeiro de 2013 e até ao dia 25, as taxas de juro de curto prazo subiram ligeiramente para a área do euro; enquanto evoluíram no sentido descendente para os EUA. Já para o ano de 2012, este mesmo indicador diminuiu na área do euro para 0,57% (1,39%, no ano de 2011); contrariado pela subida registada nos EUA, ascendendo a 0,43% (0,34%, no ano de 2011).

Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 25.

Em dezembro de 2012, as taxas de juro de longo prazo diminuíram na área do euro; enquanto aumentaram nos EUA. Neste mês, assistiu-se, a uma diminuição da incerteza e dos riscos financeiros globais associados à dívida soberana refletindo, em parte, o acordo alcançado sobre a supervisão bancária comum sob a égide do BCE.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

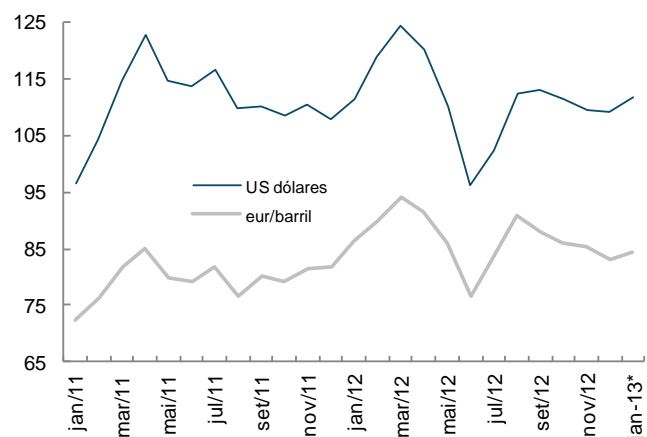


Fonte: Banco de Portugal. Para janeiro, o valor é do dia 25.

Na sequência de uma menor instabilidade dos mercados financeiros da área do euro, assistiu-se a uma apreciação significativa do euro face às principais divisas internacionais no período mais recente. De facto, o euro face ao dólar situou-se em 1,32 no final de dezembro de 2012 (1,29 no final de dezembro de 2011), tendência que se prolongou até finais de janeiro.

Em janeiro de 2013, e até dia 25, o preço do petróleo *Brent* aumentou para se situar, em média, em 112 USD/bbl (84 €/bbl), em linha com o valor registado, em média, no ano de 2012.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 25.

No 4.º trimestre de 2012, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo aumentado 1,3% em termos homólogos (-10,3% no 3.º trimestre). Esta evolução foi extensível a todos os bens, com destaque para a forte subida dos preços dos produtos industriais e dos metais (esta última associada às expectativas de forte procura de ferro proveniente da China).

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2011 | 2012 | | | | | 2012 | | | |
|----------------------------------------|----------|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--|
| | | | | 4T | 1T | 2T | 3T | 4T | set | out | nov | dez | |
| Taxa Euribor a 3 meses* | % | BP | 0,19 | 1,36 | 0,78 | 0,66 | 0,22 | 0,19 | 0,22 | 0,20 | 0,19 | 0,19 | |
| Yield OT 10 anos – EUA** | % | Eurostat | 1,80 | 2,05 | 2,04 | 1,82 | 1,64 | 1,71 | 1,72 | 1,75 | 1,65 | 1,72 | |
| Yield OT 10 anos – Área do euro** | % | " | 4,02 | 4,53 | 4,39 | 4,27 | 3,99 | 3,41 | 3,79 | 3,57 | 3,47 | 3,18 | |
| Taxa de Câmbio* | Eur/USD | BP | 1,319 | 1,294 | 1,336 | 1,259 | 1,293 | 1,319 | 1,29 | 1,30 | 1,30 | 1,32 | |
| Dow Jones* | VC | Yahoo | 7,3 | 12,0 | 8,1 | -2,5 | 4,3 | -2,5 | 2,6 | -2,5 | -0,5 | 0,6 | |
| DJ Euro Stoxx50* | VC | " | 13,8 | 6,3 | 6,9 | -8,6 | 8,4 | 7,4 | 0,6 | 2,0 | 2,9 | 2,4 | |
| Spot do Petróleo Brent em USD/bbl** | USD/bbl | DGEG | 111,58 | 108,94 | 118,21 | 108,78 | 109,31 | 110,01 | 113,16 | 111,44 | 109,41 | 109,18 | |
| Spot do Petróleo Brent em USD/bbl** | VH | " | 0,7 | 24,9 | 12,4 | -7,1 | -2,6 | 1,0 | 2,7 | 2,7 | -1,0 | 1,2 | |
| Spot do Petróleo Brent em euros/bbl** | VH | DGEG e BP | 9,0 | 25,8 | 17,3 | 4,2 | 10,0 | 4,9 | 10,01 | 8,52 | 4,73 | 1,64 | |
| Preço Relativo do Petróleo em euros*** | 1979=100 | GEE | .. | 81,6 | 88,4 | 88,3 | 84,7 | .. | 86,8 | 86,2 | 86,2 | .. | |

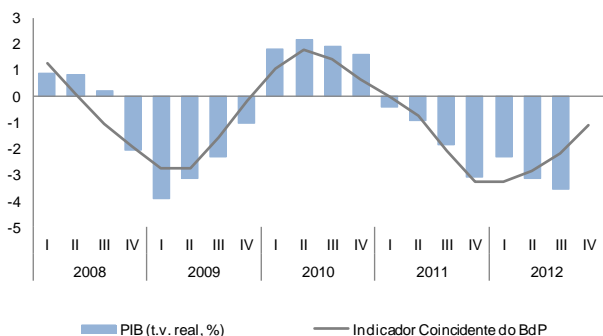
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 4.º trimestre de 2012, verificou-se um agravamento do indicador de clima económico que atingiu, no mês de dezembro, o valor mais baixo desde janeiro de 2005. Contudo, quer o indicador de atividade económica do INE referente a novembro quer o indicador coincidente do Banco de Portugal para o mês de dezembro registaram melhorias.

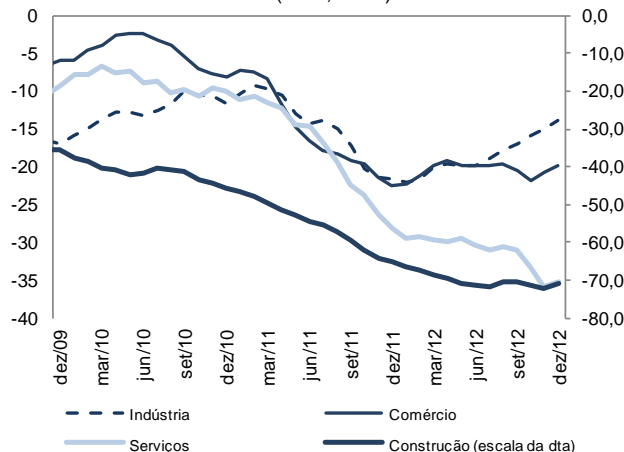
Figura 2.1. PIB e indicador coincidente do BdP



Fonte: INE.

Apesar de em dezembro se ter registado uma melhoria da confiança dos empresários, no 4.º trimestre de 2011 assistiu-se um agravamento nos indicadores de confiança em todos os sectores de atividade económica. Em termos anuais, verificou-se em 2012 uma forte quebra da confiança dos empresários na generalidade dos sectores de atividade, com particular destaque para os serviços e construção.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

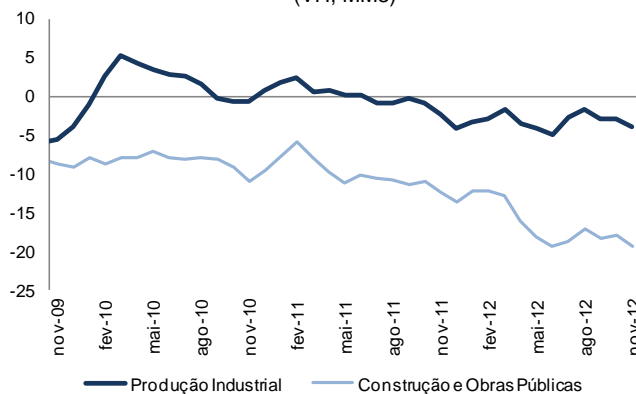
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

| Indicador | Unidade | Fonte | 2011 | 2012 | | | | 2012 | | | |
|----------------------------------------------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | 1T | 2T | 3T | 4T | set | out | nov | dez |
| PIB – CN Trimestrais | VH Real | INE | -16 | -2.3 | -3.1 | -3.5 | : | : | : | : | : |
| Indicador de Clima Económico | SRE-VE | " | -2.2 | -4.1 | -3.8 | -3.6 | -4.0 | -3.6 | -4.0 | -4.3 | -4.4 |
| Indicador de Confiança da Indústria | SRE-VCS | " | -15.7 | -20.2 | -19.9 | -19.6 | -20.7 | -21.6 | -23.2 | -22.9 | -18.2 |
| Indicador de Confiança do Comércio | " | " | -16.6 | -19.9 | -19.9 | -20.5 | -21.8 | -22.2 | -22.7 | -17.3 | -19.7 |
| Indicador de Confiança dos Serviços | " | " | -19.2 | -29.6 | -30.3 | -31.0 | -33.1 | -33.9 | -38.5 | -35.3 | -31.9 |
| Indicador de Confiança da Construção | " | " | -57.2 | -68.8 | -71.5 | -70.5 | -71.3 | -71.8 | -74.1 | -70.6 | -67.5 |
| Índice de Produção Industrial – Ind. Transf. | VH | " | -0.9 | -1.7 | -4.9 | -3.0 | : | -8.4 | 14 | -4.3 | : |
| Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf. | " | " | 5.7 | 0.5 | -4.3 | -5.3 | : | -9.7 | 2.3 | -6.9 | : |
| Índice de Volume de Negócios - Serviços | " | " | -7.2 | -9.2 | -10.5 | -10.0 | : | -10.4 | -7.7 | -8.3 | : |

Nos meses de outubro e novembro os dados quantitativos mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma queda de 8%, o que constitui uma melhoria em relação ao 3.º trimestre
- na indústria transformadora, o índice de volume de negócios caiu 2,7% enquanto o índice de produção industrial apresentou uma quebra de 3,9% (que compara com -5% e -4% no trimestre anterior, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 17,3% o que se traduz num desagravamento de 1 p.p. em relação ao 3.º trimestre.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



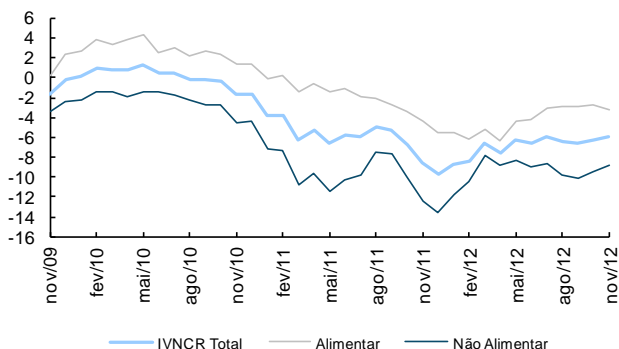
Fonte: INE.

Consumo Privado

O índice do volume de negócios do comércio a retalho, analisado através de médias-móveis trimestrais, continua a decrescer relativamente ao período homólogo. Em particular, no trimestre terminado em novembro, o decréscimo foi de 6% face ao mesmo trimestre de 2011. Houve, no entanto, uma melhoria de 0,2 p.p. face ao valor de outubro.

Para esta evolução contribuíram as diminuições de 3,3% nos bens alimentares e de 8,7% nos bens não-alimentares.

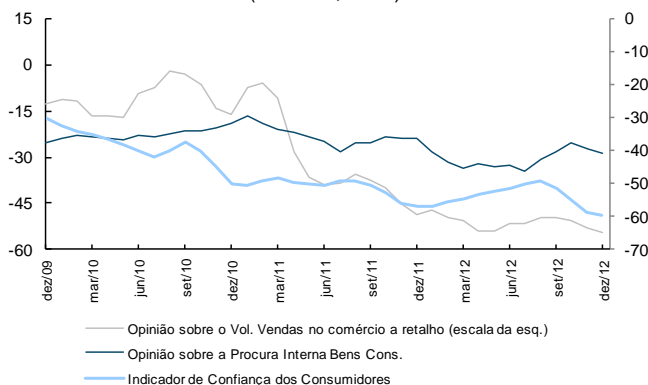
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

No que se refere aos indicadores qualitativos, designadamente a opinião sobre o volume de vendas no comércio a retalho, o sentimento dos empresários relativo à procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria e o indicador de confiança dos consumidores, a opinião os empresários e dos consumidores melhorou ligeiramente em dezembro em todos estes indicadores mas não o suficiente para impedir a deterioração destes indicadores quando analisada em termos de média móvel trimestral.

Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)

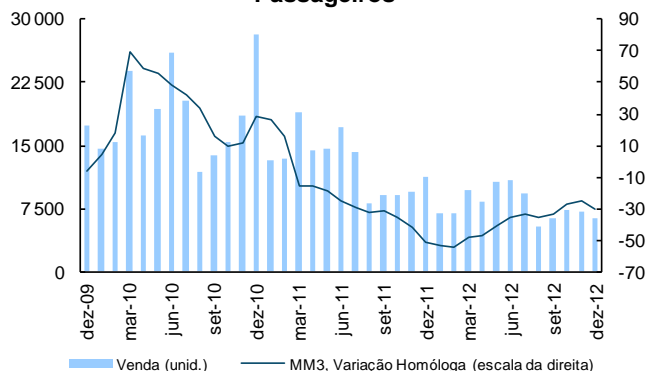


Fonte: INE.

As vendas de veículos ligeiros de passageiros situaram-se, em dezembro de 2012, nas 6342 unidades, o que corresponde a uma quebra homóloga de 43,6%.

No 4.º trimestre verificou-se assim uma redução de 30,3% das vendas, terminado o ano com uma quebra de 37,9%, face a 2011.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

| Indicador | Unidade | Fonte | 2011 | 2011 | | | | | 2012 | | | | |
|---------------------------------------------------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | T4 | T1 | T2 | T3 | T4 | ago | set | out | nov | dez |
| Consumo Privado - CN Trimestrais | VH real | INE | -3,8 | -6,5 | -5,5 | -5,7 | -5,9 | : | - | - | - | - | - |
| Indicador de confiança dos Consumidores | SRE-VE | " | -51,7 | -56,8 | -54,5 | -51,5 | -51,4 | -59,8 | -48,7 | -56,0 | -61,1 | -59,8 | -58,4 |
| Volume de Vendas no Comércio a Retalho* | VH | " | -34,1 | -48,7 | -50,8 | -51,7 | -49,7 | -54,5 | -48,9 | -49,4 | -54,1 | -55,3 | -54,1 |
| Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho* | VH | " | -6,8 | -9,7 | -6,5 | -6,6 | -6,5 | : | -5,9 | -5,9 | -6,9 | - | - |
| Bens Alimentares | VH | " | -2,7 | -5,5 | -5,2 | -4,2 | -3,0 | : | -1,2 | -2,9 | -4,3 | - | - |
| Bens não alimentares | VH | " | -10,5 | -13,7 | -7,9 | -9,0 | -10,0 | : | -10,4 | -8,8 | -9,6 | - | - |
| Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros** | VH | ACAP | -31,3 | -51,7 | -48,4 | -35,5 | -33,4 | -30,3 | -33,1 | -30,9 | -19,2 | -25,4 | -43,6 |
| Importação de Bens de Consumo *** | VH | INE | 0,8 | -5,2 | -6,1 | -5,3 | -7,6 | : | -6,4 | -12,3 | 4,5 | - | - |

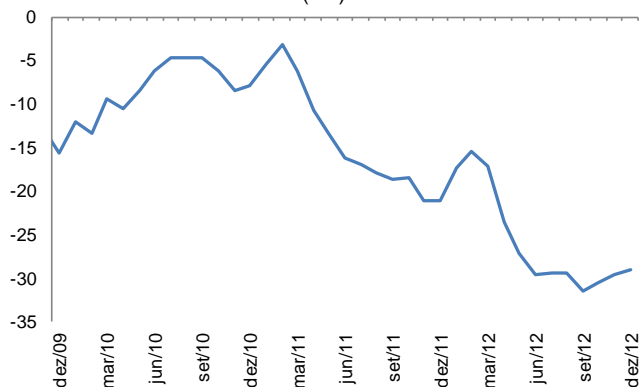
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos To do-o-Terreno e Mono volumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o 4.º trimestre de 2012, mostram a continuação da contração do investimento, designadamente no investimento em construção e em outras máquinas e equipamentos. Assim, os dados disponíveis para o 4.º trimestre mostram que, em termos homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram fortes quebras (-52,5% face -55,5% no 3.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, deterioraram-se neste trimestre, face ao trimestre anterior.

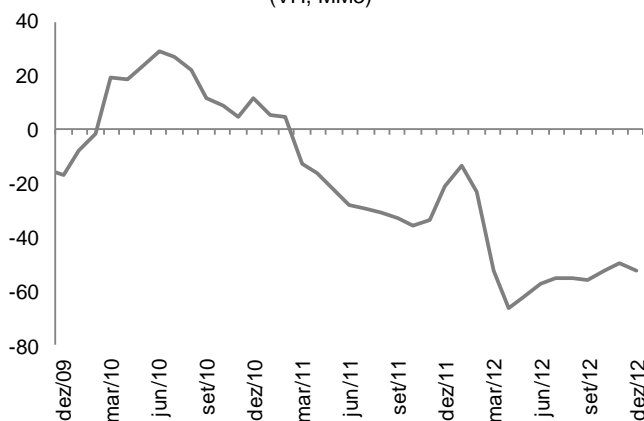
Figura 2.7. Vendas de Cimento (VH)



Fontes: SECIL e CIMPOR.

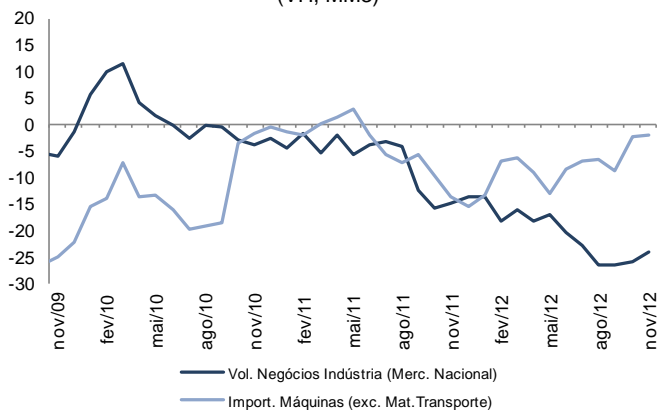
- as vendas de cimento caíram 29,1% (-31,5%, no 3.º trimestre);

Figura 2.8. Vendas de Comerciais Ligeiros (VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Bens de Equipamento (VH, MM3)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em novembro as importações de bens de capital exceto material de transporte, registaram uma quebra de 0,6% (-8,6% em setembro). As licenças de construção de fogos apresentam uma quebra de 16,6% face ao período homólogo (que compara com -15,9% do 3.º trimestre), enquanto o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional manteve as quebras (-25,8% contra -20,9% no 3.º trimestre).

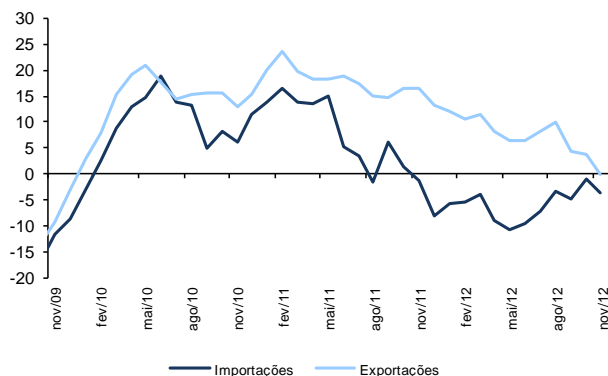
Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

| Indicador | Unidade | Fonte | 2011 | 2012 | | | | 2012 | | | |
|-----------------------------------------------|---------|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | 1T | 2T | 3T | 4T | set | out | nov | dez |
| FBC – CN Trimestrais | VH Real | INE | -13.8 | -5.1 | -20.8 | -14.2 | : | : | : | : | : |
| da qual, FBCF | VH Real | INE | -10.7 | -13.0 | -17.4 | -14.2 | : | : | : | : | : |
| Indicador de FBCF | SRE-VE | " | -8.8 | -13.6 | -17.5 | -17.2 | : | -17.2 | -16.7 | -16.3 | : |
| Vendas de Cimento | VH | SECIL e CIMPOR | -11.1 | -17.1 | -29.7 | -31.5 | -30.6 | -36.4 | -24.7 | -27.1 | -37.3 |
| Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros | VH | ACAP | -23.6 | -52.2 | -57.4 | -55.5 | -52.2 | -54.1 | -45.2 | -49.9 | -57.0 |
| Vendas de Veículos Comerciais Pesados | VH | " | -17.3 | -44.8 | -50.2 | -10.0 | -7.2 | 13.6 | -3.6 | 35.0 | 20.7 |
| Volume Vendas Bens de Investimento* | SRE-VE | INE | -42.0 | -47.2 | -45.3 | -40.1 | -42.6 | -44.0 | -44.9 | -49.0 | -48.6 |
| Licenças de Construção de fogos | VH | " | -31.1 | -31.0 | -35.1 | -33.9 | : | -49.2 | -32.2 | -33.8 | : |
| Importações de Bens de Capital** | VH | " | -5.7 | -6.3 | -8.5 | -8.6 | : | -4.9 | 5.1 | -6.0 | : |
| Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.*** | VH | " | -7.0 | -16.2 | -20.4 | -26.4 | : | -20.6 | -27.4 | -24.3 | : |

Contas Externas

Em termos de variações homólogas, no mês de novembro os dados relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE apontam para uma quebra marginal de 0,1% nas saídas e um decréscimo de 3,6% nas entradas, sendo que neste caso esta quebra se deve essencialmente ao comércio intracomunitário.

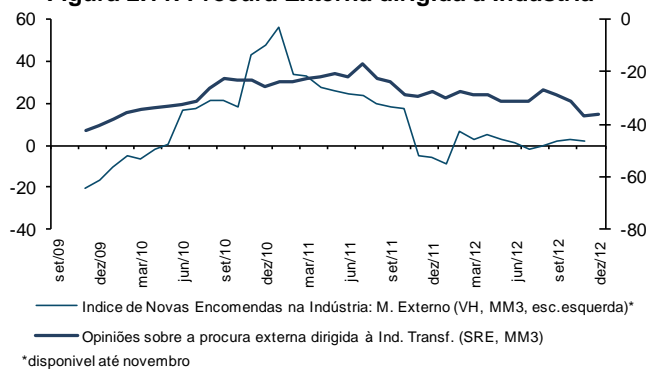
Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

O índice de novas encomendas à indústria do mercado externo desaceleraram ligeiramente no trimestre terminado em novembro e as opiniões sobre a procura externa na indústria voltaram a degradar-se.

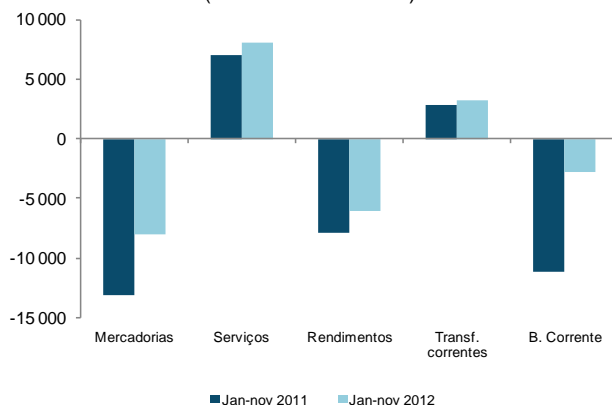
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até ao mês de novembro de 2012, o défice acumulado da balança corrente foi de 2.744M€, o que representa uma melhoria de 8.392M€ face a igual período de 2011. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, sendo de destacar o aumento do excedente da balança de mercadorias em 5.234M€.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

O saldo da balança corrente e de capital tornou-se positivo uma melhoria de 10.537M€ face a igual período do ano anterior, o que se traduz numa capacidade de financiamento externo da economia.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

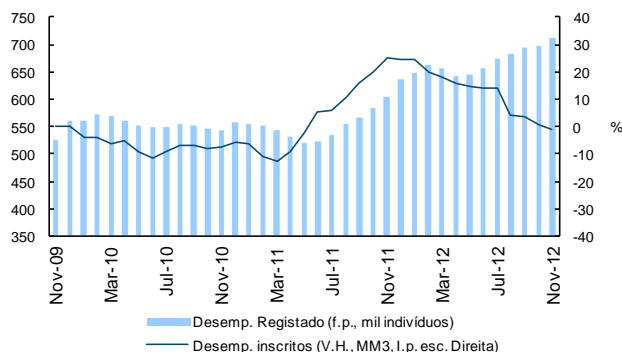
| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2011 | 2011 | | | 2012 | | | 2012 | | | |
|----------------------------------------|---------|-------|------|------|------|-------|------|-------|------|------|------|-----|------|--|
| | | | | | 3T | 4T | 1T | 2T | 3T | ago | set | out | Nov | |
| Exportações (B&S) - CN Trimestrais | VH real | INE | 10.2 | 7.2 | 6.1 | 6.2 | 8.2 | 3.7 | 1.7 | : | : | : | : | |
| Importações (B&S) - CN Trimestrais | VH real | " | 8.0 | -5.9 | -4.4 | -13.4 | -5.4 | -10.8 | -8.2 | : | : | : | : | |
| Saldo de bens e serviços | % PIB | " | 7.7 | 4.4 | 4.0 | 1.5 | 1.7 | -0.1 | 0.2 | : | : | : | : | |
| Necessid. de financiamento da economia | % PIB | " | -9.0 | -5.6 | -5.5 | 0.1 | -3.6 | 0.0 | 0.1 | : | : | : | : | |
| Saídas de mercadorias | VH nom | " | 16.0 | 16.6 | 14.8 | 13.3 | 11.5 | 6.5 | 4.3 | 14.1 | -6.2 | 5.7 | 0.1 | |
| Entradas de mercadorias | VH nom | " | 11.0 | 3.8 | 6.1 | -8.0 | -3.9 | -9.6 | -4.9 | 2.3 | -9.5 | 5.2 | -5.9 | |

| Indicador | Unidade | Fonte | 2010 | 2011 | 2011 | | 2012 | | Var. Acumulada |
|-------------------------------------|-----------------------|-------|---------|---------|------|------------|------|------------|----------------|
| | | | | | Nov | Jan Nov 11 | Nov | Jan Nov 12 | |
| Saldo Balança Corrente e de Capital | 10 ⁶ euros | BP | -6 608 | -10 230 | -573 | -9 616 | 353 | 921 | 10 537 |
| Saldo Balança de Bens | " | " | -13 441 | -16 344 | -781 | -13 184 | -909 | -7 950 | 5 234 |
| Saldo Balança de Serviços | " | " | 3 637 | 4 051 | 488 | 7 060 | 778 | 8 044 | 984 |
| Saldo Balança de Rendimentos | " | " | -2 307 | -2 977 | -631 | -7 870 | -328 | -6 072 | 1 798 |
| Saldo Balança de Transf. Correntes | " | " | 2 881 | 2 837 | 145 | 2 859 | 169 | 3 235 | 376 |

Mercado de Trabalho

No final do ano, segundo dados do IEFP, o número de desempregos em Portugal situa-se em cerca de 710 mil, o que constitui um novo máximo. Face ao período homólogo, houve um aumento de 17,4%.

Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: INE.

Em valores absolutos, houve um acréscimo de cerca de 106 mil desempregados relativamente a dezembro de 2011 e de 12,9 mil desempregados face a novembro de 2012.

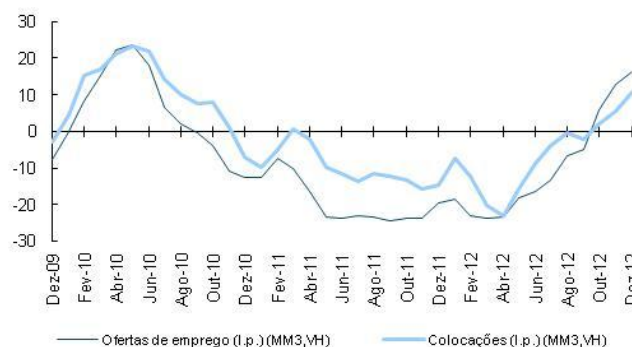
O número de desempregados inscritos em dezembro apresentou uma variação homóloga de -15,6%, 17,3 p.p. abaixo do mês anterior.

Inscreveram-se em dezembro menos 10 mil desempregados nos centros de emprego que em igual período no ano anterior. A variação face a novembro foi de -15,8 mil indivíduos.

O número de ofertas de emprego recebidas no decurso do mês de dezembro registou uma quebra de 1,8% face ao período homólogo (-24,1 p.p. face a outubro). Em termos absolutos, o número de ofertas de emprego existentes no final de dezembro foi de 5,9 mil, um valor menor tanto relativamente ao mês anterior (8,2 mil) como relativamente ao período homólogo, o qual registou cerca de mais 100 ofertas.

O rácio de colocações relativamente às ofertas teve uma ligeira melhoria relativamente a dezembro de 2011 (1,2 p.p.), apesar de se ter deteriorado relativamente ao mês de novembro, situando-se agora em 56,6%.

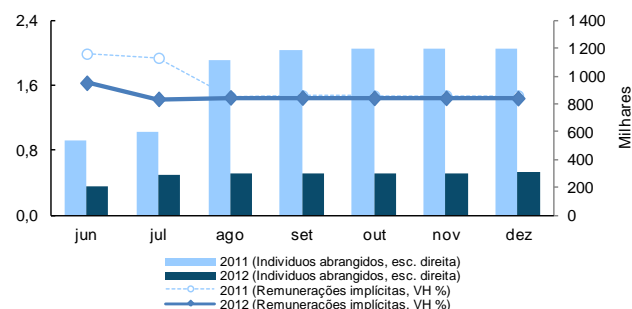
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Registaram-se 3,3 mil colocações ao longo de dezembro. Face ao período homólogo quase não houve variação, ainda que tenha havido um decréscimo de 1,6 mil face ao mês de novembro.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por IRCT em dezembro ascendeu aos 306,2 mil trabalhadores, valor situado muito abaixo do registado em dezembro de 2011, o qual ascendia a 1,2 milhões de trabalhadores. Face a novembro, houve um aumento de cerca de 2,8 mil trabalhadores. A variação média anual da remuneração implícita convencionada pelos instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) observada em dezembro manteve-se nos 1,4% (à semelhança do que tinha acontecido no mês anterior).

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

| Indicador | Unidade | Fonte | 2011 | 2011 | | 2012 | | | | 2012 | | | | |
|-----------------------------------------|---------|----------|------|-------|-------|-------|-------|------|------|------|------|------|------|-------|
| | | | | T3 | T4 | T1 | T2 | T3 | T4 | ago | set | out | nov | dez |
| Taxa de desemprego | % | INE | 12,7 | 12,4 | 14,0 | 14,9 | 15,0 | 15,8 | : | - | - | - | - | - |
| Emprego Total | VH | " | : | -2,2 | -4,3 | -4,2 | -4,2 | -4,1 | : | - | - | - | - | - |
| Desemprego Registado (f.p.) | VH | IEFP | 17,4 | -0,3 | 11,7 | 19,8 | 24,5 | 23,4 | 17,4 | 26,3 | 23,4 | 22,5 | 19,6 | 17,4 |
| Desempregados Inscritos (l.p.) | VH | " | 8,5 | 10,7 | 25,3 | 19,8 | 14,7 | 4,3 | -1,3 | 12,4 | -7,1 | 9,0 | 1,7 | -15,6 |
| Ofertas de Emprego (l.p.) | VH | " | -8,8 | -24,5 | -19,6 | -23,6 | -16,4 | -4,8 | 17,3 | -0,1 | -3,5 | 25,1 | 22,3 | -1,8 |
| Contratação Coletiva | VHA | MEE | 1,4 | 1,5 | 1,5 | 1,6 | 1,6 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 |
| Índice do Custo do Trabalho* - Portugal | VH | INE | : | -1,0 | -4,0 | -0,8 | -4,0 | 1,1 | : | - | - | - | - | - |
| Índice do Custo do Trabalho* - AE | VH | Eurostat | : | 2,2 | 2,2 | 1,7 | 1,9 | 2,0 | : | - | - | - | - | - |

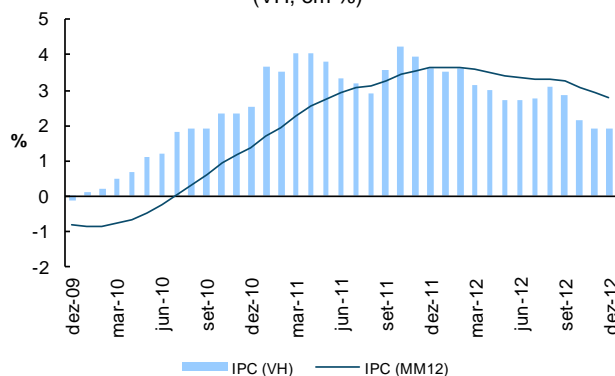
*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em dezembro a variação homóloga do índice de preços do consumidor foi de 1,9%, representando uma variação nula face a novembro.

A taxa de inflação em 2012 foi de 2,8%, um valor 0,9 p.p. abaixo do registado em 2011.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

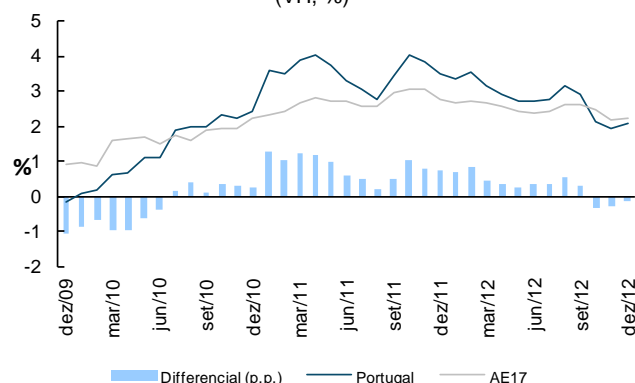
Entre as contribuições positivas para a taxa de variação homóloga do IPC de dezembro, destacam-se as classes da habitação, água, eletricidade, gás dos outros combustíveis e dos produtos alimentares e bebidas, e dos restaurantes e hotéis.

O preço dos bens e dos serviços apresentaram em novembro crescimentos homólogos de 1,2% e 3% respetivamente.

A variação do IPC subjacente, isto é, do IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos, foi de 1,3% (0,1 p.p. acima do valor do mês anterior). O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se este mês em 0,6 p.p..

No mês de dezembro de 2012, a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal foi de 2,1%, um valor 0,2 p.p. abaixo do registado no mês anterior. Já a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 2,2%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IHPC
(VH, %)

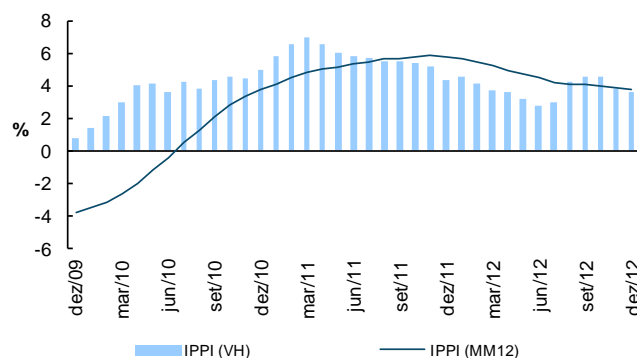


Fonte: INE.

Pelo terceiro mês consecutivo, em dezembro, o diferencial entre a taxa de variação homóloga do IHPC da área do euro e de Portugal é negativo. Assim, tem-se assistido a uma redução entre o diferencial entre o IHPC da área do euro e de Portugal.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em dezembro uma variação homóloga de 3,6% (0,2 p.p. abaixo do mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE

É o agrupamento da energia o que mais contribui para a variação positiva do índice, tendo aumentado 7,6% face ao período homólogo. A secção com maior contributo foi a da eletricidade, gás, vapor, água quente e ar frio, cuja variação relativamente a dezembro de 2011 foi de 12,7%.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

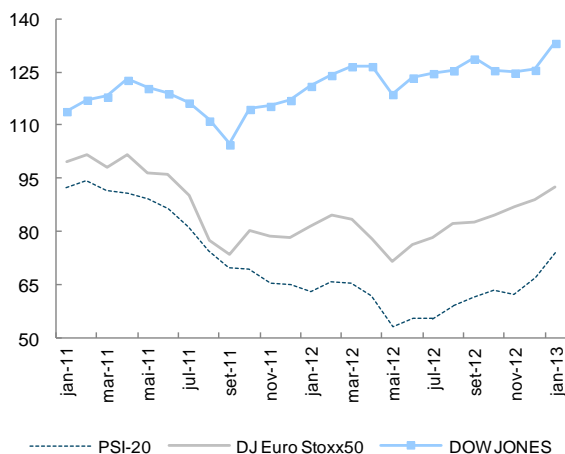
| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2012 | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------------------|---------|----------|------|------|------|------|-----|------|-----|------|------|------|--|--|--|
| | | | | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | | | |
| Índice de Preços no Consumidor | VC | INE | 0,2 | 0,3 | -0,4 | -0,2 | 0,0 | -0,1 | 0,6 | 0,3 | -0,3 | 0,0 | | | |
| Índice de Preços no Consumidor | VH | INE | 2,8 | 3,0 | 2,7 | 2,7 | 2,8 | 3,1 | 2,9 | 2,1 | 1,9 | 1,9 | | | |
| Índice de Preços no Consumidor | VM12 | " | 3,3 | 3,5 | 3,4 | 3,3 | 3,3 | 3,3 | 3,3 | 3,1 | 2,9 | 2,8 | | | |
| IPC - Bens | VH | " | 2,5 | 3,0 | 2,4 | 2,4 | 2,5 | 3,0 | 2,6 | 1,6 | 1,2 | 1,2 | | | |
| IPC - Serviços | " | " | 3,1 | 3,1 | 3,2 | 3,2 | 3,2 | 3,2 | 3,4 | 3,0 | 3,0 | 3,0 | | | |
| IPC Subjacente* | " | " | 1,5 | 1,7 | 1,6 | 1,5 | 1,3 | 1,4 | 1,1 | 1,1 | 1,2 | 1,3 | | | |
| Índice de Preços na Produção Industrial | VH | " | 3,8 | 3,6 | 3,2 | 2,7 | 3,0 | 4,2 | 4,5 | 4,6 | 3,8 | 3,6 | | | |
| IHPC | " | " | 2,8 | 2,9 | 2,7 | 2,7 | 2,8 | 3,2 | 2,9 | 2,1 | 1,9 | 2,1 | | | |
| Diferencial IHPC vs. Área Euro (VH) | p.p. | Eurostat | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,3 | -0,3 | -0,3 | -0,1 | | | |

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em janeiro de 2013, assistiu-se globalmente a uma evolução favorável dos índices bolsistas internacionais, especialmente dos EUA, traduzindo o registo de indicadores económicos favoráveis (mercado imobiliário e emprego) e, também do recente acordo orçamental (*fiscal cliff*) levando ao adiamento do debate sobre esta questão para o próximo mês de março. Em janeiro de 2013 e, no dia 25, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* subiram 6% e 4%, respetivamente, face ao final do ano de 2012.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

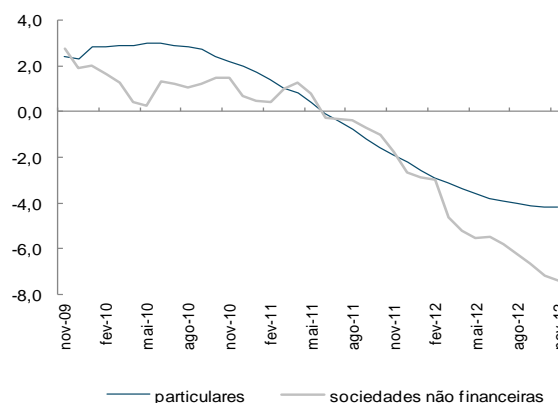


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para janeiro o valor é do dia 25.

O índice PSI-20 apresentou uma valorização muito significativa, superior à da área do euro, refletindo em parte, a melhoria das condições de financiamento do país. Com efeito, em janeiro de 2013 e, no dia 25, o índice PSI-20 aumentou 11% face ao final do ano de 2012.

Em novembro de 2012, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -5,6% (-5,5% em outubro), devido à deterioração do crédito atribuído às empresas não financeiras. Pelo contrário, o crédito destinado às famílias estabilizou, tendo mantido a variação do mês precedente (-4,2%).

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

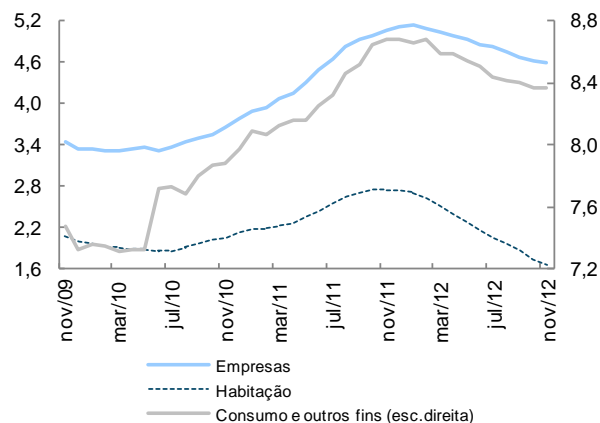


Fonte: Banco de Portugal.

Com efeito, enquanto os empréstimos para a habitação e para outros fins desaceleraram, os respeitantes ao consumo melhoraram, invertendo a tendência dos últimos meses, apesar de continuarem com uma variação negativa.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a redução sido mais significativa para o segundo caso. Quanto às taxas de juro dos particulares, é de salientar a sua descida para o crédito à habitação, cuja taxa foi de 1,66% em novembro (2,74% em novembro de 2011); enquanto para a vertente do consumo e outros fins, a taxa manteve-se em 8,37%.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

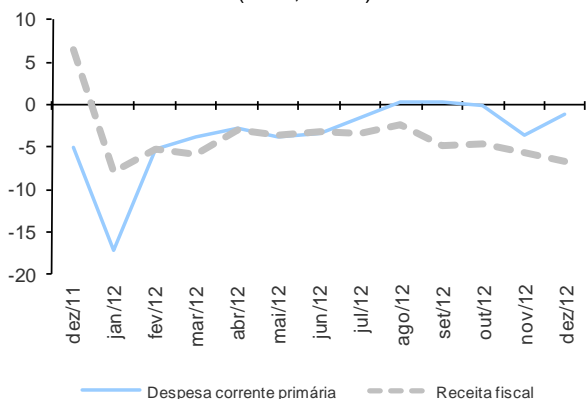
| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2012 | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------|---------|-------|------|------|-------|------|------|------|------|------|------|-----|--|--|--|
| | | | | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | | | |
| Yield OT 10 anos PT* | % | IGCP | 6,9 | 10,4 | 11,7 | 9,9 | 11,0 | 9,3 | 8,8 | 8,3 | 7,7 | 6,9 | | | |
| Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha* | p.b. | " | 555 | 874 | 1033 | 840 | 958 | 786 | 735 | 687 | 631 | 555 | | | |
| PSI 20* | VC | CMVM | 2,9 | -5,7 | -13,8 | 4,1 | -0,2 | 6,6 | 4,1 | 2,9 | -1,9 | 7,6 | | | |
| Empréstimos a particulares: - para habitação | va** | BP | : | -2,7 | -2,9 | -3,0 | -3,1 | -3,2 | -3,3 | -3,4 | -3,5 | : | | | |
| - para consumo | va** | " | : | -8,2 | -8,6 | -9,0 | -9,1 | -9,2 | -9,5 | -9,7 | -8,8 | : | | | |
| Empréstimos a empresas | va** | " | : | -5,2 | -5,5 | -5,5 | -5,8 | -6,2 | -6,6 | -7,2 | -7,4 | : | | | |
| Taxa de Juro de empréstimos p/habitação* | % | " | : | 2,39 | 2,27 | 2,16 | 2,06 | 1,97 | 1,87 | 1,74 | 1,66 | : | | | |
| Taxa de Juro de empréstimos p/empresas* | % | " | : | 4,97 | 4,92 | 4,86 | 4,81 | 4,73 | 4,67 | 4,62 | 4,60 | : | | | |

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Em 2012, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 8.898,2M€, o que representa uma deterioração de 1.854,4M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 2.024,2M€, piorando 1.019,6M€ face ao ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

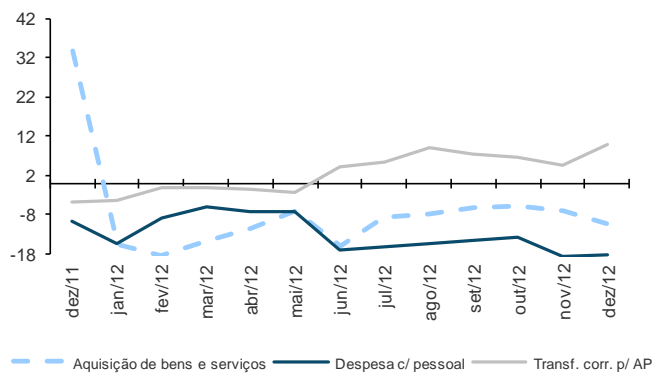
A execução orçamental do Estado, face a 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita fiscal em 6,8%, em aceleração face ao mês anterior, justificada, essencialmente, pelo decréscimo do IRC (-17,3%), do IVA (-2%), do imposto sobre veículos (-42,2%), do IRS (-7,6%), do imposto sobre produtos petrolíferos (-8,2%), do imposto de selo (-8,4%) e do imposto sobre o tabaco (-6,4%). Em sentido contrário, os outros impostos diretos, justificado pelo RERT III e o imposto único de circulação registaram aumentos de 455,5% e 13,7%, respetivamente. A receita não fiscal registou um crescimento de 6,9%, refletindo a receita proveniente da concessão de serviço público aeroportuário e do leilão de frequências 4G, os juros recebidos de empréstimos concedidos a empresas públicas e das obrigações de capital contingente e as receitas

por prémios e taxas por garantias de risco relativas a comissões de garantia de empréstimos avalizados pelo Estado. Em sentido oposto, salienta-se a diminuição das transferências correntes das administrações públicas e dos dividendos; e

- uma estabilização da despesa total e uma redução da despesa primária em 1,9%. A evolução da despesa foi condicionada pela transferência para o SNS para regularização de dívidas de anos anteriores, no valor de 1.932M€, pela transferência para a SS visando assegurar o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, pelo aumento dos juros e outros encargos da dívida e do investimento, este último devido ao pagamento à Câmara de Lisboa como contrapartida pelo reconhecimento da propriedade do Estado dos terrenos do Aeroporto de Lisboa. Com impacto na diminuição da despesa, salienta-se a redução da despesa com pessoal, justificada, essencialmente, pelas medidas de redução salarial adotadas, e das transferências de capital devido ao efeito base de 2011 associado à regularização de responsabilidades financeiras a concessionárias de infraestruturas rodoviárias.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

| | 2011 | | 2012 | | 2012 | | | |
|----------------------------|-----------------------|-------|----------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | jan a dez | | jan a dez | | set | out | nov | dez |
| | 10 ⁶ euros | | Exec. face OE corrig.* (%) | | | | | |
| Receita Total | 41683 | 39852 | 104,5 | 93,4 | 6,4 | 5,6 | 3,1 | -4,4 |
| Receita corrente | 38061 | 35749 | 98,7 | 92,5 | -4,2 | -4,1 | -5,5 | -6,1 |
| Impostos diretos | 15047 | 13625 | 103,0 | 94,3 | -4,3 | -3,7 | -6,4 | -9,5 |
| Impostos indiretos | 19312 | 18401 | 97,7 | 89,0 | -5,4 | -5,2 | -5,3 | -4,7 |
| Despesa Total | 48726 | 48750 | 97,1 | 98,0 | 1,4 | 0,6 | -2,3 | 0,0 |
| Despesa corrente primária | 39536 | 39057 | 98,1 | 98,3 | 0,4 | -0,2 | -3,7 | -1,2 |
| Despesa corrente | 45575 | 45931 | 97,6 | 97,6 | 2,9 | 1,9 | -1,3 | 0,8 |
| Despesa com pessoal | 10294 | 8432 | 98,7 | 96,7 | -14,5 | -13,9 | -18,7 | -18,1 |
| Aquisição bens e serviços | 1817 | 1627 | 87,3 | 86,1 | -6,1 | -5,8 | -7,0 | -10,5 |
| Subsídios | 602 | 258 | 97,2 | 85,0 | 2,4 | 1,3 | 8,9 | -57,0 |
| Juros | 6039 | 6874 | 94,8 | 93,8 | 20,0 | 13,4 | 13,2 | 13,8 |
| Transferências corr. p/ AP | 23489 | 25826 | 99,7 | 100,9 | 7,7 | 6,6 | 4,5 | 9,9 |
| Saldo Global | -7044 | -8898 | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Primário | -1005 | -2024 | - | - | - | - | - | - |

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Em 2012, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 1.848,4M€, o que representa um aumento de 1.303M€ face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um ligeiro aumento da receita em 1%, refletindo principalmente: i) o acréscimo das transferências correntes provenientes da União Europeia e de outros subsectores das Administrações Públicas, em particular as provenientes do OE; e ii) a evolução positiva das transferências de capital procedentes da União Europeia devido ao reembolso no âmbito do FEADER e do programa para minimização dos efeitos da seca. Em sentido contrário, denota-se uma diminuição das contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE (-14,8%) devido à suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal; e
- um decréscimo da despesa em 4,4%, explicada pela redução da despesa com pessoal (-17,5%) devido à suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, das outras transferências correntes (-8,5%), cuja diminuição é explicada pela suspensão de pagamento dos subsídios de férias e de Natal aos pensionistas da CGA, assim como pela reclassificação, em 2012, dos centros protocolares, por diminuições nas transferências correntes para outros subsectores das Administrações Públicas e outras transferências de capital (-40,4%). Em sentido oposto, constata-se o aumento em aquisição de bens e serviços, em 11,5%, pelo SNS, resultante do plano de regularização extraordinária de dívidas a fornecedores referentes a anos anteriores. Excluindo esta regularização a despesa em aquisição de bens e serviços diminuiria 6,3%, resultado das medidas de contenção de despesa adotadas na área da saúde.

Empresas Públicas Reclassificadas

No final de dezembro, e na ótica da contabilidade pública, o défice global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 749,1M€, agravando-se 45,8M€ face ao mês anterior. Este comportamento é explicado pela aceleração da despesa de investimento realizado pela Estradas de Portugal, S.A., reabilitação de edifícios pela Parque Escolar E.P.E. e juros e outros encargos financeiros suportados por empresas do sector dos transportes, assim como pela PARUPS, S.A. e PARVALOREM, S.A..

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em 2012, a execução financeira consolidada² provisória do SNS indica um saldo de 1.879M€, que compara com o défice de 272,5M€ registado no período homólogo. O valor do saldo é influenciado pelo recebimento da totalidade do montante previsto na primeira e segunda alterações ao OE 2012 para a regularização de dívidas dos anos anteriores. A execução financeira, face a 2011, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 18,2%, justificado pelo recebimento da verba contemplada no orçamento retificativo destinada à regularização de dívidas de anos anteriores. Se excluirmos este valor, a receita diminuiu 6,7%, devido à redução de outras transferências regulares do OE. Assiste-se, igualmente, a um aumento da receita em prestações de serviços em 43,1% e de outras receitas em 25%; e
- um decréscimo da despesa em 6,7%, devido sobretudo à diminuição da despesa com subcontratos, em 4,9%, com a redução do valor dos contratos-programa com os hospitais e unidades de saúde EPE, resultado das medidas implementadas no sector e destaca-se, ainda, a redução de despesa com pessoal, em 14,2%, consequência da suspensão do pagamento do subsídio de Natal e da redução de suplementos remuneratórios.

Quadro 2.9. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

| | Serviço Nacional de Saúde | | | |
|---------------------------------------|---------------------------|--------|-----------|-------|
| | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 |
| | jan a dez | | jan a dez | |
| | 10 ⁶ euros | | VHA (%) | |
| Receita Cobrada | 8 581 | 10 142 | -6,4 | 18,2 |
| Transferências do Orçamento do Estado | 8252 | 9707 | -6,7 | 17,6 |
| Prestação de serviços | 105 | 151 | -18,3 | 43,1 |
| Outras receitas | 224 | 285 | 17,7 | 27,0 |
| Despesa Total | 8 854 | 8 263 | -7,1 | -6,7 |
| Despesa com pessoal | 957 | 822 | -11,6 | -14,2 |
| Subcontratos | 7 282 | 6 923 | -6,2 | -4,9 |
| Outras despesas | 615 | 518 | -9,9 | -15,7 |
| Saldo Global | - 273 | 1 879 | - | - |

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

| | Serviços e Fundos Autónomos (excluindo Empresas Públicas Reclassificadas) | | | | Empresas Públicas Reclassificadas | | | |
|--------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|--------|---------------------------|------|-----------------------------------|-------|-------|-------|
| | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2012 | | | |
| | jan a dez | | jan a dez | | jan a dez | | | |
| | 10 ⁶ euros | | Exec. face OE corrig. (%) | | VHA (%) | | | |
| Receita Total | 24 552 | 24 790 | 93,4 | 97,5 | -2,7 | 1,0 | 3 355 | 95,4 |
| Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE | 3 934 | 3 353 | 94,8 | 96,6 | -2,1 | -14,8 | - | - |
| Transferências correntes das Adm. Públicas | 15 614 | 16 442 | 97,3 | 98,9 | 2,5 | 5,3 | 494 | 118,8 |
| Despesa Total | 24 006 | 22 941 | 91,9 | 93,9 | -3,1 | -4,4 | 4 104 | 87,1 |
| Despesa com pessoal | 2 863 | 2 363 | 91,4 | 91,0 | -17,5 | -17,5 | 688 | 100,3 |
| Aquisição de bens e serviços | 8 453 | 9 423 | 94,0 | 95,9 | 13,6 | 11,5 | 718 | 90,5 |
| Transferências correntes | 10 770 | 9 657 | 96,5 | 98,4 | -10,4 | -10,3 | 34 | 146,1 |
| Saldo Global | 546 | 1848 | - | - | - | - | - 749 | - |

Fonte: DGO.

¹Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

²Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

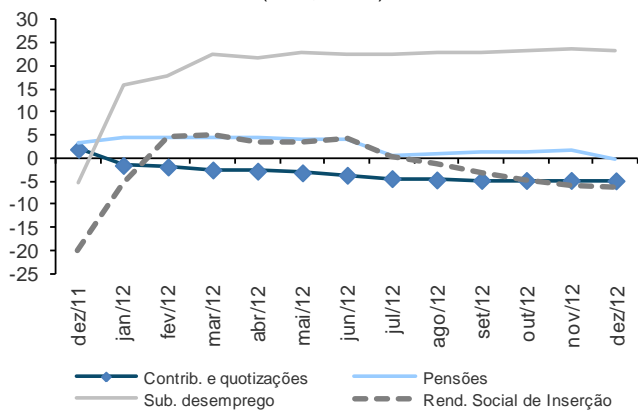
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Em 2012, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 413M€, o que representa uma diminuição de 26,4M€ face ao mesmo período de 2011.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

- um aumento da receita em 2,7%, em resultado das transferências do Orçamento de Estado no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social, nomeadamente, a transferência da administração central, para fazer face à despesa com pensões do Regime Substitutivo dos Bancários, e do IVA social e do Plano de Emergência Social; e
- um aumento da despesa em 2,9%, refletindo fundamentalmente o pagamento das pensões de velhice do Regime Substitutivo dos Bancários, do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (23,3%) e das pensões sobrevivência (2,4%). Contrariamente salienta-se a diminuição das despesas com ações de formação profissional (-10,6%), com destaque para as financiadas pelo Fundo Social Europeu, das outras despesas de administração (-16%), do subsídio de doença (-8%) e do rendimento social de inserção (-6,4%). No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 26,2% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, de 2,1% nas pensões de velhice e 0,5% nas pensões de sobrevivência. Em contrapartida os beneficiários de subsídio de doença e da pensão de invalidez diminuíram 5,3% e 1,9%, respetivamente.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



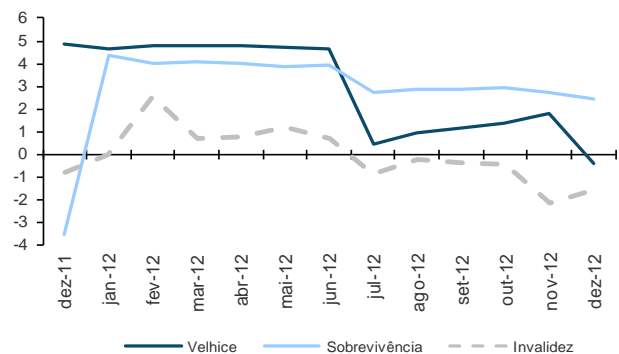
Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

| | Segurança Social | | | | Caixa Geral de Aposentações | | | | | |
|--------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|-----------|-------------------------|-------|-------|
| | 2011 | | 2012 | | 2011 | | 2012 | | | |
| | jan a dez | | jan a dez | | jan a dez | | jan a dez | | | |
| | 10 ⁶ euros | 10 ³ euros | VHA | Execução face ao OE (%) | 10 ⁶ euros | 10 ⁶ euros | VHA | Execução face ao OE (%) | | |
| Receita Total | 23542 | 24179 | 2,7 | 97,0 | 98,0 | 9148 | 8572 | -6,3 | 97,2 | 99,4 |
| Contribuições e quotizações | 13746 | 13074 | -4,9 | 97,0 | 100,0 | 3928 | 3348 | -14,8 | 94,8 | 96,6 |
| Transferências correntes da Adm. Central | 6899 | 8044 | 16,6 | 100,0 | 99,0 | 4453 | 4469 | 0,4 | 100,0 | 100,7 |
| Despesa Total | 23103 | 23766 | 2,9 | 97,0 | 97,0 | 8962 | 8013 | -10,6 | 99,8 | 97,3 |
| Pensões | 14448 | 14428 | -0,1 | 99,0 | 99,0 | 8757 | 7984 | -8,8 | 99,9 | 97,5 |
| Pensões de velhice do reg. subst. bancário | - | 516 | - | - | 79,0 | - | - | - | - | - |
| Subsídio de desemp. e apoio ao emprego | 2103 | 2592 | 23,3 | 99,0 | 101,0 | - | - | - | - | - |
| Prestações e ação social | 4196 | 4082 | -2,7 | 96,8 | 94,3 | - | - | - | - | - |
| Saldo Global | 439 | 413 | - | - | - | 186 | 559 | - | - | - |

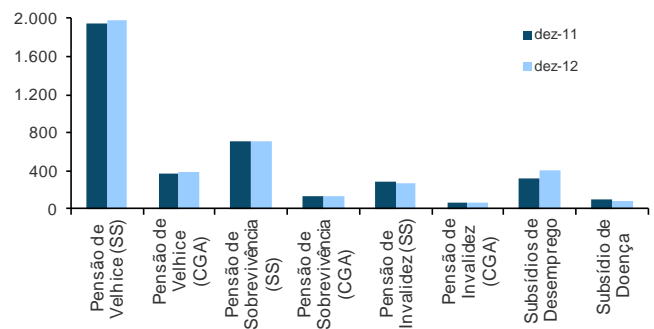
Fontes: DGO e GPEARl.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em 2012, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 558,9M€, que compara com 186,2M€ face ao período homólogo. A receita total diminuiu 6,3%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição das contribuições para a CGA (-14,8%) e a receita de capital (-7,7%), devido ao valor, recebido em 2011, da transferência do Fundo de pensões da PT. A despesa total diminuiu 10,6%, justificada pela diminuição da despesa com pensões (-8,8%), em consequência da suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal aos pensionistas, e, em menor grau, o decréscimo da despesa em aquisição de bens e serviços (-37,5%), assim como pelo registo, em 2011, nas transferências de capital para entidades fora das administrações públicas de verbas relacionadas com a operação de cessão de créditos da CGA.

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 2,5% nas pensões de velhice e de 1,6% nas pensões de sobrevivência.

Administração Local*

Em 2012, na ótica da contabilidade pública e tendo em conta um universo comparável de 256 municípios, o excedente provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 647,8€, o que corresponde a uma melhoria de 490M€ relativamente ao ano anterior.

A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 2,9%, tendo traduzido um abrandamento face ao mês anterior. A receita corrente apresentou um decréscimo de 1,6%, contrariamente à receita de capital que registou um aumento de 18,4%. O comportamento da receita corrente deveu-se, sobretudo, à evolução da receita fiscal, destacando-se a quebra de receita do Imposto Municipal sobre as Transmissões, e das transferências correntes; e
- uma diminuição da despesa total em 5,5%, que traduz, fundamentalmente, a variação negativa de todas as rubricas, com exceção da despesa em aquisições de bens e serviços e juros e outros encargos, que apresentaram aumentos de 2,9% e 4,3%, respetivamente.

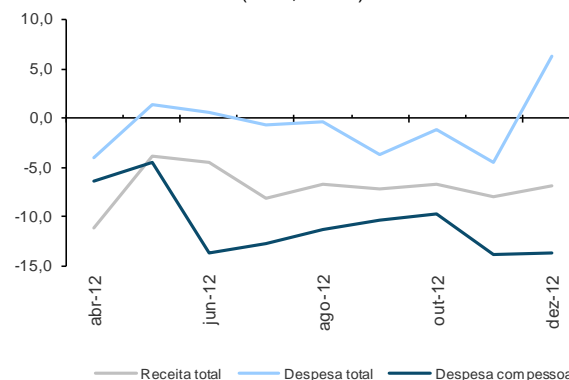
Administração Regional

Em 2012, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 290,2M€, o que corresponde a um agravamento de 277,9M€ face ao período homólogo. Este comportamento é explicado pelo aumento do défice da Região Autónoma da Madeira (RAM) em 290M€, uma vez que a Região Autónoma dos Açores (RAA) melhorou o seu saldo em 12,1M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 6,9%, devido, sobretudo, à diminuição das transferências do OE (com maior impacto na RAM) e da receita fiscal (-15,1% na RAA e -8,5% na RAM). Em sentido contrário, verificou-se um crescimento das transferências de capital das administrações públicas, com impacto na RAM, e do resto do mundo, com efeito na RAA; e
- um acréscimo da despesa total em 6,2%, traduzindo os contributos contrários das duas regiões: na RAM a despesa aumentou 21,3%, enquanto na RAA diminuiu 11,1%. Na RAM, o aumento significativo da despesa de capital, invertendo o seu comportamento face aos meses anteriores, da despesa com a aquisição de bens e serviços e com juros foi parcialmente compensado pela diminuição com pessoal e subsídios. Na RAA, o acréscimo dos juros, devido à inclusão das empresas públicas reclassificadas, foi compensado pela diminuição observada nas restantes rúbricas.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

| | Administração Regional | | | Administração Local* | | |
|------------------------------|------------------------|---------|-------|-----------------------|---------|-------|
| | 2011 | 2012 | | 2011 | 2012 | |
| | jan a dez | | | | | |
| | 10 ⁶ euros | VHA (%) | | 10 ⁶ euros | VHA (%) | |
| Receita total | 2 114 | 1 969 | -6,9 | 7 062 | 6 113 | 2,9 |
| Impostos | 1 169 | 1 037 | -11,3 | 2 200 | 1 800 | -0,9 |
| Transferências correntes | 453 | 386 | -14,6 | 2 062 | 1 687 | -3,3 |
| Despesa total | 2 127 | 2 260 | 6,3 | 6 866 | 5 465 | -5,5 |
| Pessoal | 766 | 661 | -13,7 | 2 299 | 1 690 | -11,8 |
| Aquisição de bens e serviços | 347 | 416 | 19,9 | 1 730 | 1 486 | 2,9 |
| Transferências correntes | 530 | 530 | 0,1 | 462 | 386 | -1,9 |
| Investimento | 183 | 316 | 72,5 | 1 621 | 1 284 | -6,5 |
| Saldo global | - 12 | - 290 | - | 158 | 648 | - |

Fonte: DGO.

Nota: * Os valores da AL para 2011 referem-se ao Universo Comparável.

Dívida Pública

Dívida Direta do Estado

No final de dezembro, a dívida direta do Estado situava-se em 194,5 mil M€, reduzindo-se 2.691M€ face ao mês anterior e aumentando 16,6 mil M€ relativamente ao final de 2011. A evolução mensal deve-se, essencialmente, à amortização do BT 21dez2012 (2.056M€) e de 2 MTN com um valor global de 1.300M€. O stock de CEDIC diminuiu 1.622M€ Em sentido contrário registou-se um empréstimo no FEEF no âmbito do PAEF (800M€) e uma emissão líquida de ECP de 1.868M€. As variações cambiais no mês contribuíram para a diminuição do saldo da dívida em 346M€.

Quadro 2.13. Movimento da Dívida
(milhões de euros)

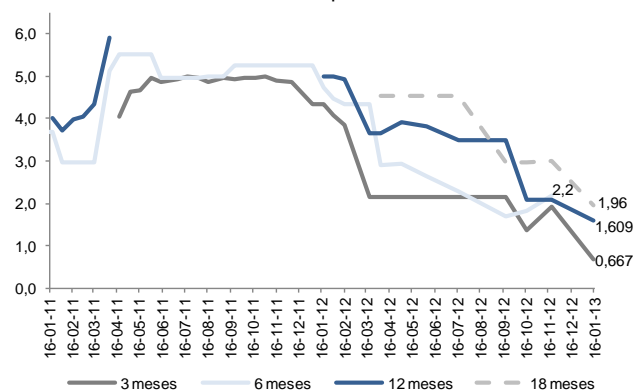
| | 30-nov-12 | dez-12 | | | 31-dez-12 |
|--------------------------------|-----------|----------|----------|--------|-----------|
| | Saldo | Emissões | Amortiz. | Outros | Saldo |
| Transacionável | 116 801 | 2 452 | 3 940 | - 32 | 115 280 |
| Bilhetes do Tesouro | 19 833 | 500 | 2 556 | 0 | 17 777 |
| Obrigações do Tesouro | 93 626 | 0 | 0 | 0 | 93 626 |
| Não Transacionável | 17 882 | 3 117 | 4 774 | 0 | 16 225 |
| Cert. de Aforro e do Tesouro | 11 086 | 66 | 68 | 0 | 11 085 |
| CEDIC e CEDIM | 6 178 | 3 021 | 4 640 | 0 | 4 559 |
| Prog. de Ajustamento Económico | 62 527 | 800 | 0 | 0 | 63 013 |
| Total | 197 209 | 6 370 | 8 715 | 0 | 194 519 |

Fonte: IGCP.

Emissões de Dívida

A 16 de janeiro de 2013, foram realizados três leilões de BT, tendo sido colocados 300M€ com maturidade de 3 meses, 1.200M€ com maturidade de um ano e 1.000M€ com maturidade de 18 meses, na fase competitiva. As taxa média ponderada foi significativamente mais baixa do que a das anteriores emissões, em todas as maturidades.

Figura 2.28. Emissões de BT
Taxa média ponderada



Fonte: IGCP.

A 23 de janeiro de 2013, Portugal regressou ao mercado de dívida de longo prazo com a emissão sindicada no montante de 2,5 mil M€ da OT 4,35% 16 de outubro de 2017.

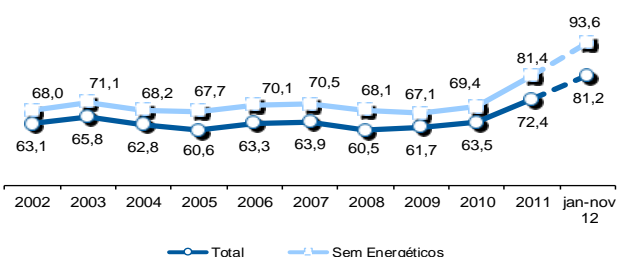
A procura final excedeu os 12 mil M€, tendo sido o livro de ordens composto por cerca de aproximadamente 300 investidores. A taxa de emissão foi de 4,891%.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros onze meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 6,5% enquanto as importações decresceram 5,2% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 35,6%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 4,9% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 8,8% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

| Intra + Extra-UE (milhões de Euros) | janeiro a novembro | | | VH | |
|-------------------------------------|--------------------|--------|-------|-----------------|------------------|
| | 2011 | 2012 | VH | Últimos 3 meses | Últimos 12 meses |
| Exportações (fob) | 39.574 | 42.160 | 6,5 | -0,1 | 6,3 |
| Importações (cif) | 54.766 | 51.937 | -5,2 | -3,6 | -6,2 |
| Saldo (fob-cif) | -15.192 | -9.776 | -35,6 | -15,5 | -36,9 |
| Cobertura (fob/cif) | 72,3 | 81,2 | - | - | - |
| Sem energéticos: | | | | | |
| Exportações (fob) | 36.801 | 38.586 | 4,9 | 0,7 | 4,4 |
| Importações (cif) | 45.177 | 41.206 | -8,8 | -5,9 | -10,1 |
| Saldo (fob-cif) | -8.377 | -2.620 | -68,7 | -55,0 | -67,2 |
| Cobertura (fob/cif) | 81,5 | 93,6 | - | - | - |
| Extra-UE (milhões de Euros) | | | | | |
| | | | | | |
| Exportações (fob) | 9.969 | 12.141 | 21,8 | 9,5 | 21,5 |
| Importações (cif) | 14.497 | 14.686 | 1,3 | -1,3 | 1,6 |
| Saldo (fob-cif) | -4.528 | -2.545 | -43,8 | -38,8 | -43,6 |
| Cobertura (fob/cif) | 68,8 | 82,7 | - | - | - |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º 01/2013").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de novembro de 2012 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do controlo regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros onze meses de 2012, as exportações representaram 81,2% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 8,9 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 93,6% das importações (+12,1 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de novembro

| | Valores em milhões de Euros | | |
|-----------------------|-----------------------------|---------|-------|
| janeiro a novembro | 2011 | 2012 | TVH |
| Intra+Extra UE | | | |
| Exportações (fob) | 39 574 | 42 160 | 6,5 |
| Importações (cif) | 54 766 | 51 937 | -5,2 |
| Saldo (fob-cif) | - 15 192 | - 9 776 | -35,6 |
| Cobertura (fob/cif) | 72,3 | 81,2 | - |
| Intra UE | | | |
| Exportações (fob) | 29 605 | 30 020 | 1,4 |
| Importações (cif) | 40 269 | 37 251 | -7,5 |
| Saldo (fob-cif) | - 10 664 | - 7 231 | -32,2 |
| Cobertura (fob/cif) | 73,5 | 80,6 | - |
| Extra UE | | | |
| Exportações (fob) | 9 969 | 12 141 | 21,8 |
| Importações (cif) | 14 497 | 14 686 | 1,3 |
| Saldo (fob-cif) | - 4 528 | - 2 545 | -43,8 |
| Cobertura (fob/cif) | 68,8 | 82,7 | - |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros onze meses de 2012, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 32,2% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 1,4% e as importações a decrescer 7,5%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 43,8% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

| Intra+Extra UE (milhões de Euros) | IMPORTAÇÕES (Cif) | | | EXPORTAÇÕES (Fob) | | |
|-----------------------------------|-------------------|--------|-------|-------------------|--------|------|
| | 2011 | 2012 | TVH | 2011 | 2012 | TVH |
| jan | 4 610 | 4 726 | 2,5 | 3 199 | 3 623 | 13,3 |
| fev | 4 857 | 4 676 | -3,7 | 3 368 | 3 797 | 12,7 |
| mar | 5 628 | 5 106 | -9,3 | 3 807 | 4 149 | 9,0 |
| abr | 5 122 | 4 415 | -13,8 | 3 472 | 3 558 | 2,5 |
| mai | 5 570 | 5 031 | -9,7 | 3 767 | 4 043 | 7,3 |
| jun | 4 781 | 4 536 | -5,1 | 3 640 | 3 987 | 9,5 |
| jul | 5 033 | 4 709 | -6,4 | 3 833 | 4 115 | 7,3 |
| ago | 4 318 | 4 418 | 2,3 | 2 949 | 3 365 | 14,1 |
| set | 5 186 | 4 695 | -9,5 | 3 815 | 3 577 | -6,2 |
| out | 4 814 | 5 065 | 5,2 | 3 821 | 4 037 | 5,7 |
| nov | 4 848 | 4 560 | -5,9 | 3 905 | 3 910 | 0,1 |
| dez | 4 477 | | | 3 296 | | |
| 1º Trim | 15 095 | 14 507 | -3,9 | 10 373 | 11 568 | 11,5 |
| 2º Trim | 15 472 | 13 983 | -9,6 | 10 878 | 11 588 | 6,5 |
| 3º Trim | 14 537 | 13 822 | -4,9 | 10 597 | 11 057 | 4,3 |
| 4º Trim | 14 139 | | | 11 022 | | |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros onze meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 6,5%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação foi de 4,9%.

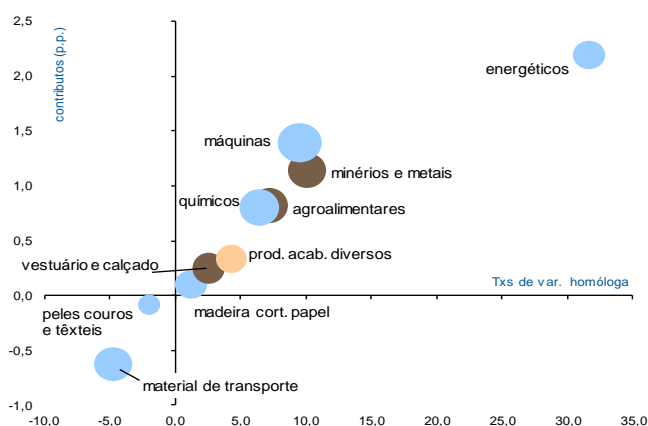
Entre janeiro e novembro de 2012, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,0 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas” (+1,5 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,3 p.p.). As “Máquinas” e os “Químicos” foram os grupos de produtos que maior peso tiveram nas exportações de mercadorias (15,1% e 12,5% respetivamente).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em novembro de 2012.

Nesse período, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+6,3%), à exceção do “Material de Transporte” e das “Peles, couros e têxteis”. Mais uma vez, os produtos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+2,2 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo das “Máquinas” e dos “Minérios e Metais” (+1,4 p.p. e +1,1 p.p. respetivamente).

De referir, também, os contributos dos grupos de produtos “Agroalimentares” e “Químicos” para o crescimento das exportações de mercadorias (ambos com contributos de 0,8 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)
Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2012
(Total: 6,3%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

| Grupos de Produtos | Milhões de Euros | | Estrutura (%) | | | | Tax. variação e contributos | | | |
|--------------------------------|------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------------|------------------------------|------------|------------------------------|
| | jan-nov | | Anual | | jan-nov | | últimos 12 meses ^[1] | | jan-nov | |
| | 2011 | 2012 | 2006 | 2011 | 2011 | 2012 | VH ^[2] | contrib. p.p. ^[3] | VH | contrib. p.p. ^[3] |
| Total das Exportações | 39 574 | 42 160 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 6,3 | 6,3 | 6,5 | 6,5 |
| 000 Agro-Alimentares | 4 482 | 4 791 | 8,8 | 11,4 | 11,3 | 11,4 | 7,2 | 0,8 | 6,9 | 0,8 |
| 100 Energéticos | 2 774 | 3 575 | 5,3 | 7,2 | 7,0 | 8,5 | 31,7 | 2,2 | 28,9 | 2,0 |
| 200 Químicos | 4 974 | 5 287 | 10,3 | 12,5 | 12,6 | 12,5 | 6,4 | 0,8 | 6,3 | 0,8 |
| 300 Madeira, Cortiça e Papel | 3 336 | 3 408 | 8,7 | 8,4 | 8,4 | 8,1 | 1,2 | 0,1 | 2,2 | 0,2 |
| 400 Peles, Couros e Têxteis | 1 730 | 1 701 | 4,9 | 4,4 | 4,4 | 4,0 | -2,0 | -0,1 | -1,7 | -0,1 |
| 500 Vestuário e Calçado | 3 761 | 3 870 | 11,1 | 9,5 | 9,5 | 9,2 | 2,6 | 0,2 | 2,9 | 0,3 |
| 600 Minérios e Metais | 4 438 | 4 934 | 10,5 | 11,2 | 11,2 | 11,7 | 10,1 | 1,1 | 11,2 | 1,3 |
| 700 Máquinas | 5 778 | 6 357 | 19,7 | 14,6 | 14,6 | 15,1 | 9,5 | 1,4 | 10,0 | 1,5 |
| 800 Material de Transporte | 5 204 | 5 000 | 13,3 | 13,0 | 13,2 | 11,9 | -4,8 | -0,6 | -3,9 | -0,5 |
| 900 Produtos Acabados Diversos | 3 099 | 3 237 | 7,4 | 7,8 | 7,8 | 7,7 | 4,3 | 0,3 | 4,5 | 0,3 |

Por memória:

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|--------|--------|------|------|------|------|-----|-----|-----|-----|
| Total sem energéticos | 36 801 | 38 586 | 94,7 | 92,8 | 93,0 | 91,5 | 4,4 | 4,1 | 4,9 | 4,5 |
|-----------------------|--------|--------|------|------|------|------|-----|-----|-----|-----|

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2012.

[2] $(\text{dez } 11\text{-nov } 12) / (\text{dez } 10\text{-nov } 11) \times 100 - 100$.

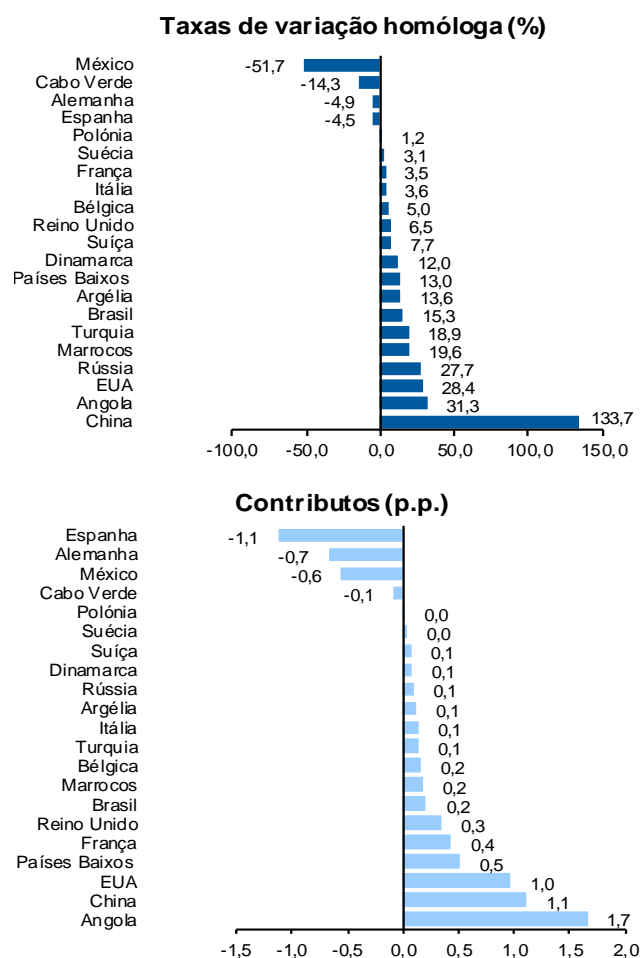
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período do homólogo anterior}) \div 100$.

Nos primeiros onze meses de 2012, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 1,4%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 1,0% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 10,1%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 21,8% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+5,5 p.p.).

As exportações de mercadorias para os Países Baixos (+0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15 seguidas das exportações para França e o Reino Unido (ambos com +0,4 p.p.).

No último ano a terminar em novembro de 2012, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 1,2%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 0,8%. As exportações para os Países Baixos (+0,5 p.p.) e França (+0,4 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a China (+133,7%), Angola (+31,3%) e os EUA (+28,4%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino ao México (-51,7%) e Cabo Verde (-14,3%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2012



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

| Destino | jan-nov | | Estrutura (%) | | | | Taxas de variação e contributos | | | |
|--------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------------|------------------------------|-------------|------------------------------|
| | | | anual | | jan-nov | | 12 meses ^[1] | | jan-nov | |
| | 2011 | 2012 | 2006 | 2011 | 2011 | 2012 | VH ^[2] | contrib. p.p. ^[3] | VH | contrib. p.p. ^[3] |
| TOTAL | 39 574 | 42 160 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 6,3 | 6,3 | 6,5 | 6,5 |
| Intra UE-27 | 29 605 | 30 020 | 78,1 | 74,4 | 74,8 | 71,2 | 1,2 | 0,9 | 1,4 | 1,0 |
| UE-15 | 28 383 | 28 674 | 76,0 | 71,3 | 71,7 | 68,0 | 0,8 | 0,6 | 1,0 | 0,7 |
| Espanha | 9 904 | 9 469 | 28,4 | 24,9 | 25,0 | 22,5 | -4,5 | -1,1 | -4,4 | -1,1 |
| Alemanha | 5 460 | 5 249 | 13,0 | 13,6 | 13,8 | 12,5 | -4,9 | -0,7 | -3,8 | -0,5 |
| França | 4 833 | 4 999 | 12,5 | 12,2 | 12,2 | 11,9 | 3,5 | 0,4 | 3,4 | 0,4 |
| R.Unido | 2 077 | 2 220 | 6,9 | 5,2 | 5,2 | 5,3 | 6,5 | 0,3 | 6,9 | 0,4 |
| P.Baixos | 1 556 | 1 762 | 3,7 | 3,9 | 3,9 | 4,2 | 13,0 | 0,5 | 13,3 | 0,5 |
| Itália | 1 464 | 1 535 | 4,1 | 3,7 | 3,7 | 3,6 | 3,6 | 0,1 | 4,8 | 0,2 |
| Bélgica | 1 244 | 1 297 | 3,1 | 3,1 | 3,1 | 3,1 | 5,0 | 0,2 | 4,2 | 0,1 |
| Suécia | 406 | 431 | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 3,1 | 0,0 | 6,2 | 0,1 |
| Dinamarca | 248 | 282 | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 12,0 | 0,1 | 13,5 | 0,1 |
| Alargamento | 1 222 | 1 345 | 2,1 | 3,1 | 3,1 | 3,2 | 10,0 | 0,3 | 10,1 | 0,3 |
| Polónia | 373 | 372 | 0,7 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 1,2 | 0,0 | -0,1 | 0,0 |
| Extra UE-27 | 9 969 | 12 141 | 21,9 | 25,6 | 25,2 | 28,8 | 21,5 | 5,4 | 21,8 | 5,5 |
| dos quais: | | | | | | | | | | |
| Angola | 2 093 | 2 768 | 3,4 | 5,4 | 5,3 | 6,6 | 31,3 | 1,7 | 32,2 | 1,7 |
| EUA | 1 334 | 1 703 | 5,9 | 3,5 | 3,4 | 4,0 | 28,4 | 1,0 | 27,6 | 0,9 |
| Brasil | 539 | 631 | 0,7 | 1,4 | 1,4 | 1,5 | 15,3 | 0,2 | 17,0 | 0,2 |
| México | 425 | 187 | 0,4 | 1,1 | 1,1 | 0,4 | -51,7 | -0,6 | -56,1 | -0,6 |
| China | 330 | 760 | 0,6 | 0,9 | 0,8 | 1,8 | 133,7 | 1,1 | 130,2 | 1,1 |
| Marrocos | 356 | 423 | 0,5 | 0,9 | 0,9 | 1,0 | 19,6 | 0,2 | 19,0 | 0,2 |
| Suíça | 345 | 375 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 7,7 | 0,1 | 8,6 | 0,1 |
| Argélia | 339 | 395 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 13,6 | 0,1 | 16,3 | 0,1 |
| Turquia | 276 | 333 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 18,9 | 0,1 | 20,6 | 0,1 |
| Cabo Verde | 237 | 203 | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | -14,3 | -0,1 | -14,5 | -0,1 |
| Pormemória: | | | | | | | | | | |
| Gibraltar | 225 | 268 | 0,1 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 25,0 | 0,1 | 19,1 | 0,1 |
| PALOP | 2 624 | 3 341 | 4,3 | 6,8 | 6,6 | 7,9 | 26,8 | 1,8 | 27,3 | 1,8 |
| EFTA | 434 | 478 | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 9,7 | 0,1 | 10,3 | 0,1 |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2012.

[2] $(\text{dez } 11 - \text{nov } 12) / (\text{dez } 10 - \text{nov } 11) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Importações de Mercadorias

De janeiro a novembro de 2012, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 5,2% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Material de Transporte” (-2,8 p.p.), “Máquinas” (-1,3 p.p.) e “Minérios e Metais” (-1,1 p.p.) para a redução das importações nos primeiros onze meses.

O comportamento das importações de produtos “Energéticos”, com um contributo positivo de 2,1 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (71,7%).

Nos primeiros onze meses de 2012, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, -7,5%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 7,8%. As importações provenientes dos países do Alargamento cresceram 1,7%. Neste período, as importações de todos os países da UE-15 registaram contributos negativos, o que justificou o decréscimo das respetivas importações.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 1,3%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,1% do total). Seguem-se o Brasil e a China (cada um deles representando 2,5% do total).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

| Grupos de Produtos | 10 ⁶ Euros (Cif) jan-nov | | Estrutura (%) | | | | Taxas de variação e contributos | | | |
|----------------------------------|----------------------------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------------|------------------------------|-------------|------------------------------|
| | | | Annual | | jan-nov | | 12 meses ^[1] | | jan-nov | |
| | 2011 | 2012 | 2006 | 2011 | 2011 | 2012 | VH ^[2] | contrib. p.p. ^[3] | VH | contrib. p.p. ^[3] |
| TOTAL DAS IMPORTAÇÕES | 54 766 | 51 937 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | -6,2 | -6,2 | -5,2 | -5,2 |
| Grupos de Produtos | | | | | | | | | | |
| 000-Agro-Alimentares | 8 213 | 8 061 | 11,9 | 14,0 | 15,0 | 15,5 | -16 | -0,2 | -18 | -0,3 |
| 100-Energéticos | 9 589 | 10 730 | 14,1 | 14,3 | 17,5 | 20,7 | 12,9 | 2,2 | 11,9 | 2,1 |
| 200-Químicos | 8 725 | 8 666 | 13,3 | 15,2 | 15,9 | 16,7 | -10 | -0,2 | -0,7 | -0,1 |
| 300-Peles, Mad, Cortiça e Papel | 2 554 | 2 207 | 4,7 | 4,7 | 4,7 | 4,3 | -13,2 | -0,6 | -13,6 | -0,6 |
| 400-Têxteis, Vestuário e Calçado | 3 708 | 3 355 | 6,8 | 6,9 | 6,8 | 6,5 | -10,0 | -0,7 | -9,5 | -0,6 |
| 500-Minérios e Metais | 4 858 | 4 272 | 9,2 | 8,7 | 8,9 | 8,2 | -13,0 | -1,2 | -12,1 | -1,1 |
| 600-Máquinas [4] | 8 322 | 7 612 | 20,5 | 16,8 | 15,2 | 14,7 | -9,2 | -1,4 | -8,5 | -1,3 |
| 700-Material de Transporte [5] | 5 917 | 4 399 | 13,5 | 13,7 | 10,8 | 8,5 | -31,5 | -3,7 | -25,7 | -2,8 |
| 800-Prod. Acabados Diversos | 2 880 | 2 635 | 6,0 | 5,7 | 5,3 | 5,1 | -9,1 | -0,5 | -8,5 | -0,4 |
| Total sem energéticos | 45 177 | 41206 | 85,9 | 85,7 | 82,5 | 79,3 | -10,1 | -8,4 | -8,8 | -7,3 |
| Mercados de origem | | | | | | | | | | |
| Intra UE-27 | 40 269 | 37 251 | 77,0 | 73,6 | 73,5 | 71,7 | -8,9 | -6,6 | -7,5 | -5,5 |
| dos quais: | | | | | | | | | | |
| UE-15 | 38 882 | 35 840 | 75,3 | 71,1 | 71,0 | 69,0 | -9,2 | -6,6 | -7,8 | -5,6 |
| Espanha | 17 567 | 16 487 | 30,9 | 32,3 | 32,1 | 31,7 | -6,5 | -2,1 | -6,2 | -2,0 |
| Alemanha | 6 827 | 6 033 | 14,3 | 12,4 | 12,5 | 11,6 | -17,4 | -2,3 | -11,6 | -1,5 |
| França | 3 697 | 3 381 | 8,5 | 6,8 | 6,8 | 6,5 | -8,9 | -0,6 | -8,5 | -0,6 |
| Itália | 2 987 | 2 729 | 5,9 | 5,5 | 5,5 | 5,3 | -9,0 | -0,5 | -8,6 | -0,5 |
| Países Baixos | 2 622 | 2 522 | 4,8 | 4,8 | 4,8 | 4,9 | -4,9 | -0,2 | -3,8 | -0,2 |
| Reino Unido | 1 836 | 1 539 | 4,1 | 3,3 | 3,4 | 3,0 | -17,7 | -0,6 | -16,2 | -0,5 |
| Bélgica | 1 388 | 1 305 | 2,8 | 2,5 | 2,5 | 2,5 | -6,3 | -0,2 | -6,0 | -0,2 |
| Suécia | 582 | 538 | 0,9 | 1,1 | 1,1 | 1,0 | -7,9 | -0,1 | -7,5 | -0,1 |
| Irlanda | 508 | 507 | 0,9 | 1,0 | 0,9 | 1,0 | 3,8 | 0,0 | -0,2 | 0,0 |
| Alargamento | 1 387 | 1 410 | 1,7 | 2,5 | 2,5 | 2,7 | 0,8 | 0,0 | 1,7 | 0,0 |
| Extra UE-27 | 14 497 | 14 686 | 23,0 | 26,4 | 26,5 | 28,3 | 1,6 | 0,4 | 1,3 | 0,3 |
| dos quais: | | | | | | | | | | |
| Nigéria | 1455 | 891 | 1,4 | 2,6 | 2,7 | 1,7 | -38,1 | -1,0 | -38,8 | -1,0 |
| China | 1397 | 1285 | 1,4 | 2,5 | 2,6 | 2,5 | -8,7 | -0,2 | -8,0 | -0,2 |
| Brasil | 1345 | 1324 | 2,2 | 2,5 | 2,5 | 2,5 | -1,3 | 0,0 | -1,5 | 0,0 |
| Angola | 1029 | 1604 | 0,1 | 2,0 | 1,9 | 3,1 | 70,3 | 1,2 | 55,9 | 1,1 |
| EUA | 1060 | 874 | 1,4 | 1,9 | 1,9 | 1,7 | -17,0 | -0,3 | -17,6 | -0,3 |
| Arábia Saudita | 865 | 836 | 1,0 | 1,5 | 1,6 | 1,6 | -2,5 | 0,0 | -3,4 | -0,1 |
| Cazaquistão | 768 | 759 | 0,6 | 1,4 | 1,4 | 1,5 | 10,0 | 0,1 | -1,1 | 0,0 |
| Argélia | 771 | 610 | 1,6 | 1,3 | 1,4 | 1,2 | -28,4 | -0,4 | -20,8 | -0,3 |
| Rússia | 559 | 462 | 1,2 | 1,0 | 1,0 | 0,9 | -20,6 | -0,2 | -17,2 | -0,2 |
| Índia | 444 | 308 | 0,4 | 0,8 | 0,8 | 0,6 | -30,4 | -0,2 | -30,6 | -0,2 |
| Noruega | 407 | 147 | 1,2 | 0,7 | 0,7 | 0,3 | -63,2 | -0,4 | -63,9 | -0,5 |
| Suíça | 338 | 307 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | -9,1 | -0,1 | -9,0 | -0,1 |
| Japão | 318 | 277 | 1,0 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | -14,0 | -0,1 | -13,0 | -0,1 |
| OPEP ^[6] | 4 307 | 4 815 | 6,3 | 7,8 | 7,9 | 9,3 | 12,6 | 1,0 | 11,8 | 0,9 |
| EFTA | 764 | 473 | 1,9 | 1,4 | 1,4 | 0,9 | -37,3 | -0,5 | -38,0 | -0,5 |
| PALOP | 1077 | 1628 | 0,2 | 2,1 | 2,0 | 3,1 | 65,2 | 1,2 | 51,3 | 1,0 |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2012.

[2] (dez 11-nov 12)/(dez 10-nov 11) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Não inclui tractores.

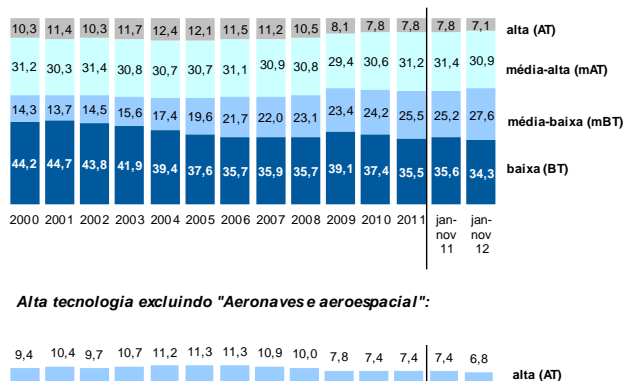
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros onze meses de 2012, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 7,0%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (58,6%), sendo os produtos de média-baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (17,3%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).¹

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



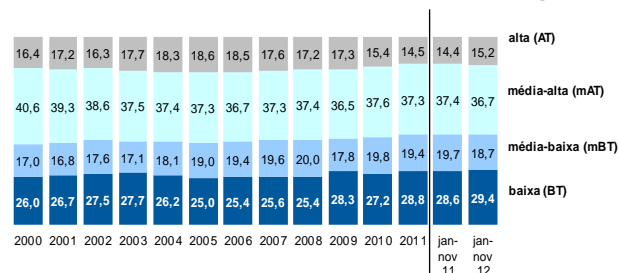
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de média-baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+4,4p.p.).

As exportações dos produtos de média alta intensidade tecnológica contribuíram com 1,7 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 9,7%, sendo os produtos de média alta e média baixa tecnologia os que mais contribuíram para esta redução (-4,2 p.p. e -2,8 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

| Intensidade Tecnológica | 2011 | janeiro a novembro | | Taxas variação (%) | | | %total prod. indust. transf. | | | | Contributos ^[1] (p.p.) | |
|-------------------------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------|-----------------|------------------------------|--------------|--------------|--------------|-----------------------------------|--------------|
| | | 2011 | 2012 | média 2006-11 | 2011/10 | jan-nov 2012/11 | 2010 | 2011 | jan-nov | | 2011 | jan-nov 2012 |
| | | | | | | | | | 2011 | 2012 | | |
| EXPORTAÇÕES | | | | | | | | | | | | |
| Total dos prod. indust. transformados | 39 888 142 | 37 260 662 | 39 877 913 | 3,4 | 15,6 | 7,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 15,6 | 7,0 |
| Alta tecnologia | 3 103 147 | 2 912 513 | 2 841 493 | -4,4 | 15,5 | -2,4 | 7,8 | 7,8 | 7,8 | 7,1 | 1,2 | -0,2 |
| - Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2] | 2 924 348 | 2 752 424 | 2 713 302 | -5,2 | 15,2 | -1,4 | 7,4 | 7,4 | 7,4 | 6,8 | 1,1 | -0,1 |
| Média-alta tecnologia | 12 460 564 | 11 702 027 | 12 332 297 | 3,5 | 18,1 | 5,4 | 30,6 | 31,2 | 31,4 | 30,9 | 5,5 | 1,7 |
| Média-baixa tecnologia | 10 176 413 | 9 397 344 | 11 021 310 | 6,8 | 21,9 | 17,3 | 24,2 | 25,5 | 25,2 | 27,6 | 5,3 | 4,4 |
| Baixa tecnologia | 14 148 018 | 13 248 777 | 13 682 814 | 3,2 | 9,5 | 3,3 | 37,4 | 35,5 | 35,6 | 34,3 | 3,6 | 1,2 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | | | | | |
| Total das Exportações | 42 325 641 | 39 574 222 | 42 160 428 | 3,5 | 15,1 | 6,5 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 15,1 | 6,5 |
| Residual ^[3] | 2 437 499 | 2 313 560 | 2 282 515 | 5,6 | 7,6 | -1,3 | 6,2 | 5,8 | 5,8 | 5,4 | 0,5 | -0,1 |
| IMPORTAÇÕES | | | | | | | | | | | | |
| Total dos prod. indust. transformados | 45 990 799 | 43 850 456 | 39 603 386 | -0,4 | -2,4 | -9,7 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | -2,4 | -9,7 |
| Alta tecnologia | 6 669 401 | 6 305 295 | 6 025 979 | -5,1 | -7,8 | -4,4 | 15,4 | 14,5 | 14,4 | 15,2 | -1,2 | -0,6 |
| - Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2] | 6 437 600 | 6 048 945 | 5 700 520 | -4,4 | -6,5 | -5,8 | 14,7 | 14,1 | 13,9 | 14,5 | -1,0 | -0,8 |
| Média-alta tecnologia | 17 144 597 | 16 384 034 | 14 524 112 | -0,1 | -3,2 | -11,4 | 37,6 | 37,3 | 37,4 | 36,7 | -1,2 | -4,2 |
| Média-baixa tecnologia | 8 937 978 | 8 617 251 | 7 405 745 | -0,4 | -4,3 | -14,1 | 19,8 | 19,4 | 19,7 | 18,7 | -0,8 | -2,8 |
| Baixa tecnologia | 13 238 822 | 12 543 877 | 11 647 550 | 2,1 | 3,3 | -7,1 | 27,2 | 28,8 | 28,6 | 29,4 | 0,9 | -2,0 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | | | | | |
| Total das Importações | 57 729 732 | 54 765 930 | 51 936 542 | 0,5 | 1,2 | -5,2 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 1,2 | -5,2 |
| Residual ^[3] | 11 738 933 | 10 915 474 | 12 333 156 | 4,7 | 17,9 | 13,0 | 17,4 | 20,3 | 19,9 | 23,7 | 3,1 | 2,6 |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) = 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são diretamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de outubro de 2012, nos primeiros dez meses de 2012, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,1%. A componente dos Bens continuou a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (4,9 p.p.).

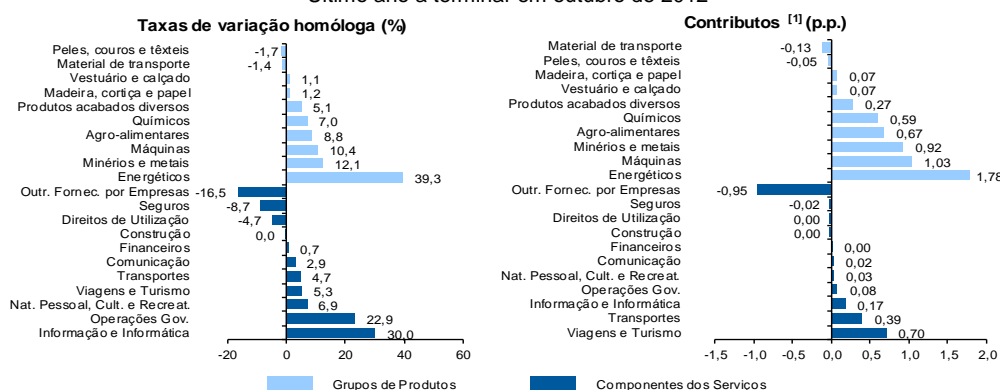
Nos primeiros dez meses de 2012, a componente dos Serviços representou 29,8% do total das “Exportações” e contribuiu com 0,3 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). O peso dos serviços nas Importações (débitos) foi de 16,0% e o seu contributo para o decréscimo das importações (-5,6%) foi de -1,4 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em outubro de 2012, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,8 p.p.) e dos “Máquinas” (+1,0 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,7 p.p.) e Transportes (+0,4 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Último ano a terminar em outubro de 2012



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (5,7%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

| | Valores em milhões de Euros | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|--------------|-------------------|--------------|---------------------------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| | janeiro a outubro | | Estrutura (%) | | | | Taxas de variação e contributos | | | | |
| | 2011 | 2012 | Anual | | janeiro a outubro | | média anual | 12 meses [1] | | janeiro a outubro | |
| | | 2005 | 2011 | 2011 | 2012 | 05-10 | VH [2] | contrib. p.p. [3] | VH | contrib. p.p. [3] | |
| CRÉDITO (Exportações) | | | | | | | | | | | |
| Bens e Serviços | 51 976 | 54 631 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 4,3 | 5,7 | 5,7 | 5,1 | 5,1 |
| Bens | 35 833 | 38 358 | 71,0 | 69,2 | 68,9 | 70,2 | 3,7 | 7,6 | 5,2 | 7,0 | 4,9 |
| Serviços | 16 143 | 16 273 | 29,0 | 30,8 | 31,1 | 29,8 | 5,5 | 1,4 | 0,4 | 0,8 | 0,3 |
| Transportes | 4 344 | 4 565 | 7,1 | 8,3 | 8,4 | 8,4 | 7,5 | 4,7 | 0,4 | 5,1 | 0,4 |
| Viagens e Turismo | 7 073 | 7 469 | 13,2 | 13,1 | 13,6 | 13,7 | 4,1 | 5,3 | 0,7 | 5,6 | 0,8 |
| Comunicação | 405 | 429 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,1 | 2,9 | 0,0 | 5,9 | 0,0 |
| Construção | 464 | 454 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,8 | 5,9 | 0,0 | 0,0 | -2,2 | 0,0 |
| Seguros | 91 | 83 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 3,0 | -8,7 | 0,0 | -8,2 | 0,0 |
| Financeiros | 190 | 188 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,3 | 3,8 | 0,7 | 0,0 | -1,0 | 0,0 |
| Informação e Informática | 300 | 381 | 0,3 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 17,3 | 30,0 | 0,2 | 27,3 | 0,2 |
| Direitos de Utilização | 36 | 30 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | -5,0 | -4,7 | 0,0 | -14,7 | 0,0 |
| Outr. Fornec. por Empresas | 2 879 | 2 242 | 5,2 | 5,8 | 5,5 | 4,1 | 6,5 | -16,5 | -0,9 | -22,1 | -1,2 |
| Nat. Pessoal, Cult. e Recreat. | 195 | 220 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 3,5 | 6,9 | 0,0 | 12,5 | 0,0 |
| Operações Governamentais | 166 | 211 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 5,7 | 22,9 | 0,1 | 27,4 | 0,1 |
| DÉBITO (Importações Fob) | | | | | | | | | | | |
| Bens e Serviços | 57 806 | 54 579 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 1,5 | -6,1 | -6,1 | -5,6 | -5,6 |
| Bens | 48 236 | 45 826 | 84,9 | 83,3 | 83,4 | 84,0 | 1,1 | -6,0 | -5,1 | -5,0 | -4,2 |
| Serviços | 9 570 | 8 752 | 15,1 | 16,7 | 16,6 | 16,0 | 3,5 | -6,6 | -1,1 | -8,5 | -1,4 |
| Transportes | 2 853 | 2 745 | 4,7 | 4,9 | 4,9 | 5,0 | 2,4 | -3,4 | -0,2 | -3,8 | -0,2 |
| Viagens e Turismo | 2 512 | 2 478 | 4,2 | 4,3 | 4,3 | 4,5 | 2,3 | -1,0 | 0,0 | -1,3 | -0,1 |
| Comunicação | 354 | 357 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 1,1 | -1,5 | 0,0 | 0,8 | 0,0 |
| Construção | 99 | 83 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 1,8 | -13,8 | 0,0 | -16,5 | 0,0 |
| Seguros | 193 | 209 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 3,6 | 4,8 | 0,0 | 8,2 | 0,0 |
| Financeiros | 442 | 373 | 0,3 | 0,8 | 0,8 | 0,7 | 20,3 | -7,8 | -0,1 | -15,6 | -0,1 |
| Informação e Informática | 362 | 316 | 0,4 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 11,0 | -8,7 | -0,1 | -12,9 | -0,1 |
| Direitos de Utilização | 328 | 298 | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | 4,5 | -8,2 | 0,0 | -9,1 | -0,1 |
| Outr. Fornec. por Empresas | 1 955 | 1 414 | 3,0 | 3,5 | 3,4 | 2,6 | 4,9 | -20,9 | -0,7 | -27,6 | -0,9 |
| Nat. Pessoal, Cult. e Recreat. | 400 | 406 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 4,9 | 2,2 | 0,0 | 1,4 | 0,0 |
| Operações Governamentais | 73 | 73 | 0,3 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | -16,3 | 0,4 | 0,0 | 0,8 | 0,0 |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até outubro de 2012.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

| Iniciativa | Sumário |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><i>Reunião Conselho ECOFIN</i></p> <p><i>22 de janeiro de 2013</i></p> | <p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 22 de janeiro de 2013 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de Trabalhos da Presidência Irlandesa: O Conselho tomou nota do programa de trabalhos para o primeiro semestre de 2013 na área dos assuntos económicos e financeiros. Este programa tem por objetivos o reforço (i) da governação económica e da coordenação de políticas, (ii) da regulação e supervisão financeira e (iii) da União Económica e Monetária. A Presidência pretende ainda avançar na área fiscal e garantir a representação externa da UE, em particular ao nível do G20. ▪ <i>Semestre Europeu – Relatório Anual relativo ao Crescimento:</i> O Conselho debateu o Relatório Anual relativo ao Crescimento, apresentado pela Comissão, tendo considerado que as cinco áreas identificadas com potenciadores do crescimento se mantêm válidas: (i) <i>necessidade</i> de se prosseguir uma consolidação orçamental que potencie o crescimento económico; (ii) a necessidade de restaurar o normal fluxo de crédito à economia e (iii) a necessidade de implementação de reformas estruturais orientadas para a promoção da competitividade e que contribuam para a correção dos desequilíbrios macroeconómicos, (iv) a necessidade de se combater o desemprego e as suas consequências sociais e (v) a modernização da Administração Pública. ▪ Imposto sobre as transações financeiras: O Conselho adotou uma decisão que autoriza 11 estados-membros (Bélgica, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Itália, Áustria, Portugal, Eslovénia e Eslováquia) a introduzirem um imposto sobre as transações financeiras através de cooperação reforçada. Aguarda-se uma proposta legislativa da Comissão Europeia para a introdução do referido imposto, que terá de ser adotada por unanimidade pelos estados-membros participantes. Note-se que se trata da primeira vez que a cooperação reforçada é utilizada na área fiscal. ▪ Fraude fiscal: A Comissão apresentou ao Conselho a sua comunicação: “Um Plano de Ação para reforçar a luta contra a fraude e a evasão fiscais”, adotada em dezembro de 2012, na qual propõe 34 medidas de curto e médio prazo, nas áreas da tributação direta e indireta. <p>O Conselho adotou, ainda, uma decisão que autoriza Portugal a prolongar até dezembro de 2015 a medida derogatória, aprovada pelo Conselho em janeiro de 2010, da Diretiva 2006/112/CE, no que se refere ao IVA nas vendas a domicílio. A derrogação autoriza a aplicação de um sistema optativo especial para as empresas de vendas a domicílio que cumpram determinadas condições, desde que autorizadas pelas autoridades fiscais.</p> |
| <p><i>Comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa</i></p> | <p>Aprovou um diploma que regulamenta o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2013, concluindo a transposição de uma diretiva comunitária, a nova diretiva CELE, aprovado no âmbito do Pacote Clima-Energia.</p> |
| <p>Conselho de Ministros de 17 de janeiro</p> | <p>Nos dois primeiros períodos do CELE (2005-2007 e 2008-2012), as regras base consistiam, genericamente, na atribuição gratuita de licenças de emissão, na obrigação de monitorização, verificação e comunicação de emissões e na devolução de licenças de emissão no montante correspondente.</p> |

| Iniciativa | Sumário |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <p>A partir de 2013, as regras CELE alteram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alarga-se o âmbito com a introdução de novos gases e sectores; • A determinação do número de licenças passa a ser feita a nível comunitário; • As licenças são atribuídas, em regra, por leilão; • No plano nacional passa a existir uma lista de instalações abrangidas pelo regime CELE. <p>A aplicação deste novo regime incide sobre o sector energético e outros, como a produção e transformação de metais ferrosos, cimento, cal, indústria vidreira, cerâmica e produção de pasta de papel, papel e cartão, que representam sensivelmente 50% das emissões de gases com efeito de estufa ao nível nacional, mas é agora alargada a outras atividades, de que se destacam a produção de ácido nítrico, a produção de amoníaco ou o armazenamento geológico de carbono.</p> <p>As receitas dos leilões constituem receita do Fundo Português de Carbono e devem ser aplicadas em ações que contribuam para um desenvolvimento assente numa economia competitiva e de baixo carbono e para o cumprimento dos compromissos nacionais, europeus e internacionais em matéria de alterações climáticas.</p> |
| <p><i>PENT - Plano de Desenvolvimento do Turismo no horizonte de 2015</i></p> <p>Conselho de Ministros de 10 de janeiro</p> | <p>Aprovou as linhas gerais da revisão do Plano de Desenvolvimento Turístico no Horizonte de 2015 (PENT), que foram colocadas em consulta pública por um período de 20 dias.</p> <p>Esta revisão decorre da necessidade de adaptar o PENT em vigor, que foi desenvolvido para o horizonte temporal 2006-2015, às mudanças estratégicas aprovadas pelo Programa do XIX Governo e ajustá-lo ao período de instabilidade nos mercados financeiros e crescimento económico bastante moderado da economia europeia, principal emissora de turistas para Portugal.</p> |
| <p><i>Fatura energética - redução dos encargos fixos</i></p> <p>Conselho de Ministros de 10 de janeiro</p> | <p>Aprovou a alteração do diploma sobre as disposições aplicáveis à cessação dos contratos de aquisição de energia (CAE), no sentido da redução dos encargos que integram a compensação atribuída aos produtores de eletricidade pela cessação antecipada dos respetivos contratos de aquisição de energia.</p> <p>Em cumprimento do estabelecido no Memorando de Entendimento, ficam criadas as condições para a redução dos encargos financeiros que integram a parcela fixa repercutida na tarifa de uso global do sistema (UGS).</p> <p>A alteração agora aprovada, com o parecer favorável da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, vem possibilitar a redução dos referidos encargos financeiros, com consequentes benefícios para os consumidores de energia elétrica pela redução da respetiva fatura energética.</p> |
| <p><i>Gestão de resíduos</i></p> <p>Conselho de Ministros de 10 de janeiro</p> | <p>Aprovou o regime jurídico a que está sujeita a gestão de resíduos das explorações de depósitos minerais e de massas minerais. Este diploma visa ultrapassar as questões suscitadas pelo parecer fundamentado da Comissão Europeia por transposição insuficiente para a ordem jurídica interna da diretiva comunitária relativa à gestão dos resíduos das indústrias extrativas.</p> <p>Também foi aprovada a alteração do procedimento de envio das notificações e informações sobre transferências de resíduos.</p> <p>São introduzidos procedimentos desmaterializados de envio das notificações e informações, procurando facilitar o cumprimento pelos particulares das suas obrigações, bem como a atuação posterior da administração, no que respeita ao tratamento dos dados.</p> |

| Iniciativa | Sumário |
|------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Formação do preço dos medicamentos</i> | Aprovou a alteração do regime da formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica comparticipados. |
| Conselho de Ministros de 3 de janeiro | <p>O diploma estabelece ainda um mecanismo de definição dos preços dos medicamentos sujeitos a receita médica que não tenham sido objeto de avaliação prévia para efeitos de aquisição pelos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, nem de decisão de comparticipação.</p> <p>Esta alteração tem como objetivo a introdução de mecanismos de comparação internacional do preço dos referidos medicamentos utilizados pelos hospitais. Em resultado da experiência recolhida do atual sistema de revisão de preços, introduzem-se modificações no âmbito dos mecanismos de revisão internacional de preços, mantendo critérios de comparabilidade internacional previamente definidos.</p> |
| <i>"Living in Portugal" - plano de ação para o Turismo Residencial</i> | <p>O Turismo de Portugal vai promover a oferta de turismo residencial no estrangeiro através de um novo plano de ação que incentiva à compra de casa em empreendimentos turístico-imobiliários ou em zonas com vocação turística. O plano "Living in Portugal" vai ser desenvolvido ao longo de dois anos em parceria com os principais agentes do setor para aumentar a visibilidade internacional da oferta qualificada de imobiliário turístico e serviços e dos destinos.</p> <p>As ações compreendem um portal (www.livinginportugal.com), em português, inglês, russo, árabe, francês e alemão) com informações sobre o ambiente legal e fiscal, incentivos à aquisição e serviços disponíveis no País, além de uma oferta significativa de imobiliário turístico.</p> <p>Um <i>roadshow</i> internacional realizado em parceria com a Associação Portuguesa de Resorts divulgará a oferta junto de consumidores, operadores especializados, fundos imobiliários e agentes financeiros em seis mercados – Reino Unido, Alemanha, França, Rússia, Suécia e Holanda.</p> |

2. Seleção de Medidas Legislativas

| ASSUNTO/DIPLOMA | DESCRIÇÃO |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Tarifas de eletricidade</i> Diretiva n.º 20/2012. D.R. n.º 249, Série II de 2012-12-26 | Tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2013. |
| <i>Encargos do Metro de Lisboa</i> Portaria n.º 739/2012. D.R. n.º 248, Série II de 2012-12-24 | Portaria Extensão de encargos do Metropolitano de Lisboa. |
| <i>Encargos da REFER</i> Portaria n.º 740/2012. D.R. n.º 248, Série II de 2012-12-24 | Portaria de extensão de encargos da REFER, EPE. |
| <i>Juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado</i> Aviso n.º 17289/2012. D.R. n.º 251, Série II de 2012-12-28 | Taxa de juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado e outras entidades públicas. |
| Regime dos feriados e Estatuto do Trabalhador-Estudante – Administração pública Lei n.º 66/2012. D.R. n.º 252, Série I de 2012-12-31 | Procede à sexta alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quarta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, determinando a aplicação do regime dos feriados e do Estatuto do Trabalhador-Estudante, previstos no Código do Trabalho, aos trabalhadores que exercem funções públicas, e revoga o Decreto-Lei n.º 335/77, de 13 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 190/99, de 5 de junho. |

| ASSUNTO/DIPLOMA | DESCRIÇÃO |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Agenda Portugal Digital</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2012. D.R. n.º 252, Série I de 2012-12-31 | Aprova a Agenda Portugal Digital. |
| <i>Rede de Perceção e Gestão de Negócios</i> Portaria n.º 427/2012. D.R. n.º 252, Série I de 2012-12-31 | Regulamenta a medida "Rede de Perceção e Gestão de Negócios" (RPGN) a promover e executar pelo IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., e pelas entidades parceiras, no âmbito da prossecução do Programa Impulso Jovem. |
| <i>Fundo de Socorro Social</i> Portaria n.º 428/2012. D.R. n.º 252, Série I de 2012-12-31 | Aprova o Regulamento do Fundo de Socorro Social e o modelo de requerimento para formalização do pedido de apoio ao FSS. |
| <i>Pensões 2013 - Fator de Sustentabilidade</i> Portaria n.º 429/2012. D.R. n.º 252, Série I de 2012-12-31 | Estabelece o Fator de Sustentabilidade a aplicar às pensões iniciadas em 2013. |
| <i>Energia solar e fotovoltaica</i> Portaria n.º 430/2012. D.R. n.º 252, Série I de 2012-12-31 | Estabelece a percentagem de redução anual da tarifa de referência para a produção de eletricidade a partir de fonte solar com utilização de tecnologia fotovoltaica. |
| <i>Apoio à contratação</i> Portaria n.º 432/2012. D.R. n.º 252, Série I de 2012-12-31 | Cria a medida de Apoio à Contratação de Trabalhadores por Empresas <i>Startups</i> . |
| <i>GOP 2013</i> Lei n.º 66-A/2012. D.R. n.º 252, Suplemento, Série I de 2012-12-31 | Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013. |
| <i>OE 2013</i> Lei n.º 66-B/2012. D.R. n.º 252, Suplemento, Série I de 2012-12-31 | Orçamento do Estado para 2013. |
| <i>Faturas eletrónicas</i> Portaria n.º 426-A/2012. D.R. n.º 251, 2.º Suplemento, Série I de 2012-12-28 | Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas, por transmissão eletrónica de dados, prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-lei, de 24 de agosto. |
| <i>Faturas-recibo - IRS</i> Portaria n.º 426-B/2012. D.R. n.º 251, 2.º Suplemento, Série I de 2012-12-28 | Aprova os modelos das faturas-recibo para efeitos do disposto no artigo 115.º ao Código do IRS. |
| <i>Declaração Mensal de Remunerações</i> Portaria n.º 426-C/2012. D.R. n.º 251, 2.º Suplemento, Série I de 2012-12-28 | Aprova a Declaração Mensal de Remunerações - AT e as respetivas instruções de preenchimento, para cumprimento da obrigação declarativa prevista no artigo 119.º, n.º 1, alíneas c) e d), do Código do IRS. Esta declaração deve ser entregue à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS. |
| <i>Iniciativa +Empresas</i> Despacho n.º 16590/2012. D.R. n.º 252, Série II de 2012-12-31 | Cria no âmbito do Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação, abreviadamente designado por Programa Estratégico +E +I, a iniciativa +Empresas, que visa facilitar e promover o acesso dos empreendedores aos instrumentos disponíveis, adequados às várias fases do ciclo dos seus projetos. |
| <i>Compromissos plurianuais</i> Despacho n.º 16635-C/2012. D.R. n.º 252, Série II de 2012-12-31 | Autoriza, o Instituto da Segurança Social, IP e as Administrações Regionais de Saúde, IP, a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa celebrados e renovados durante o ano de 2012. |
| <i>Tarifas transitórias de gás natural</i> Diretiva n.º 21/2012. D.R. n.º 252, Série II de 2012-12-31 | Revisão das tarifas transitórias de gás natural aplicáveis a consumidores com consumos anuais superiores a 10 000 m3 para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2013. |
| <i>Atualização das pensões mínimas</i> Portaria n.º 432-A/2012. D.R. n.º 252, 2.º Suplemento, Série I de 2012-12-31 | Atualiza para 2013 as pensões mínimas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações. |

| ASSUNTO/DIPLOMA | DESCRIÇÃO |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Rede extrajudicial de apoio a clientes bancários</i> Portaria n.º 2/2013. D.R. n.º 1, Série I de 2013-01-02 | Estabelece o regime e o procedimento aplicáveis ao reconhecimento das entidades que integram a rede extrajudicial de apoio a clientes bancários, adiante designada "Rede", a que se refere o Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro. |
| <i>Licenças de emissão de CO</i> Diretiva n.º 1/2013. D.R. n.º 1, Série II de 2013-01-02 | Alteração ao mecanismo de otimização da gestão das licenças de emissão de CO (índice 2) |
| <i>Programa «Portugal Empreendedor»</i> Portaria n.º 432-B/2012. D.R. n.º 252, 4.º Suplemento, Série I de 2012-12-31 | Regulamenta, no âmbito do Programa Estratégico +E +I, o Programa «Portugal Empreendedor». |
| <i>Planos de poupança-reforma</i> Portaria n.º 432-D/2012. D.R. n.º 252, 4.º Suplemento, Série I de 2012-12-31 | Primeira alteração à Portaria n.º 1453/2002, de 11 de novembro que regulamenta o reembolso do valor dos planos de poupança-reforma. |
| <i>Programa COOPJOVEM</i> Portaria n.º 432-E/2012. D.R. n.º 252, 4.º Suplemento, Série I de 2012-12-31 | Cria o Programa COOPJOVEM, programa de apoio ao empreendedorismo cooperativo, destinado a apoiar os jovens na criação de cooperativas ou em projetos de investimento que envolvam a criação líquida de postos de trabalho em cooperativas agrícolas existente. |
| <i>Garantia prestação pecuniária ANA</i> Despacho n.º 96/2013. D.R. n.º 3, Série II de 2013-01-04 | Despacho - Garantia e prestação pecuniária inicial no âmbito da privatização da ANA. |
| <i>Bens do domínio privado do Estado português</i> Aviso n.º 62/2013. D.R. n.º 3, Série II de 2013-01-04 | Lista definitiva de bens do domínio privado do Estado português. |
| <i>Apoio à contratação de desempregados com idade ≥45 anos</i> Portaria n.º 3-A/2013. D.R. n.º 3, Suplemento, Série I de 2013-01-04 | Cria a medida de Apoio à contratação de desempregados com idade igual ou superior a 45 anos, via Reembolso da Taxa Social Única (TSU), de ora em diante designada por Medida. |
| <i>Programa de Estágios Profissionais</i> Portaria n.º 3-B/2013. D.R. n.º 3, Suplemento, Série I de 2013-01-04 | Segunda alteração à Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, que regula o Programa de Estágios Profissionais. |
| <i>Balcão Nacional do Arrendamento</i> Decreto-Lei n.º 1/2013. D.R. n.º 4, Série I de 2013-01-07 | Procede à instalação e à definição das regras do funcionamento do Balcão Nacional do Arrendamento e do procedimento especial de despejo. |
| <i>Lista de aposentados e reformados</i> Aviso n.º 353/2013. D.R. n.º 5, Série II de 2013-01-08 | Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de fevereiro de 2013. |
| <i>Encargos orçamentais MAMAOT</i> Portaria n.º 14/2013. D.R. n.º 5, Série II de 2013-01-08 | Autoriza diversas entidades do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, a assumir os encargos orçamentais decorrentes da aquisição centralizada de serviços de limpeza, fixando o máximo dos respetivos montantes globais. |
| <i>Associações públicas profissionais</i> Lei n.º 2/2013. D.R. n.º 7, Série I de 2013-01-10 | Estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais. |
| <i>Serviço de comunicações móvel marítimo</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2013. D.R. n.º 7, Série I de 2013-01-10 | Determina que o serviço móvel marítimo deixa de ser prestado, enquanto serviço público, a partir de 30 abril de 2013, cessando nesta data a obrigação do pagamento das margens de exploração negativas previstas nas bases da concessão do serviço público de telecomunicações, anexas ao Decreto-Lei n.º 31/2003, de 17 de fevereiro. |
| <i>Declaração Mensal de Remunerações</i> Portaria n.º 6/2013. D.R. n.º 7, Série I de 2013-01-10 | Aprova a Declaração Mensal de Remunerações - AT e as respetivas instruções de preenchimento e revoga a Portaria n.º 426-C/2012, de 28 de dezembro. |

| ASSUNTO/DIPLOMA | DESCRIÇÃO |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><i>Pensionistas – subsídio de Natal</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 3/2013. D.R. n.º 7, Série I de 2013-01-10</p> | <p>Determina que durante o ano de 2013 o pagamento do montante adicional das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência atribuídas pelo sistema de segurança social, referente ao mês de dezembro, relativamente aos pensionistas cuja soma das pensões seja igual ou superior a (euro) 600, e do subsídio de Natal dos aposentados, reformados e demais pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, seja efetuado em duodécimos.</p> |
| <p><i>Incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE II)</i></p> <p>Despacho n.º 619/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10</p> <p>Despacho n.º 620/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10</p> <p>Despacho n.º 621/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10</p> <p>Despacho n.º 622/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10</p> <p>Despacho n.º 623/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10</p> <p>Despacho n.º 624/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10</p> <p>Despacho n.º 625/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10</p> <p>Despacho n.º 626/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10</p> <p>Despacho n.º 627/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10</p> <p>Despacho n.º 628/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10</p> | <p>Para efeitos de benefício do sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE II), foi reconhecida idoneidade em matéria de investigação e desenvolvimento às seguintes entidades:</p> <p>Critical Manufacturing, S.A.;</p> <p>BLC3 - Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro;</p> <p>Eurotrials - Consultores Científicos, S.A.;</p> <p>CHILTERN International Portugal, Unipessoal Lda.;</p> <p>BIO3 - Estudos e Projetos em Biologia e Valorização de Recursos Naturais, Lda.;</p> <p>LEC - Laboratoires Expertises et Conseils, SARL;</p> <p>iDresearch, Investigação e Desenvolvimento, S.A.;</p> <p>OutSystems - Software em Rede, S.A.;</p> <p>Tellus Mater - Sistemas Eletrónicos, S.A.</p> <p>UAVISION - Engenharia de Sistemas, Lda.</p> |
| <p><i>Calendários cumprimento contratual</i></p> <p>Despacho n.º 572/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10</p> | <p>Alteração dos calendários de cumprimento contratual e respetivos montantes, no contrato de aquisição de equipamento informático no âmbito do programa e-escolinhas.</p> |
| <p><i>Declarações de remunerações</i></p> <p>Despacho normativo n.º 1-A/2013. D.R. n.º 7, Suplemento, Série II de 2013-01-10</p> | <p>Despacho Normativo que prova a entrega das declarações de remunerações à Segurança Social e à Autoridade Tributária e Aduaneira.</p> |
| <p><i>Taxa supletivos juros moratórios</i></p> <p>Aviso n.º 594/2013. D.R. n.º 8, Série II de 2013-01-11</p> | <p>Taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, em vigor no 1.º semestre de 2013.</p> |
| <p><i>Sistema de Recuperação de empresas</i></p> <p>Portaria n.º 12/2013. D.R. n.º 8, Série I de 2013-01-11</p> | <p>Fixa o montante da taxa de utilização do Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial.</p> |
| <p><i>Lei do trabalho portuário</i></p> <p>Lei n.º 3/2013. D.R. n.º 9, Série I de 2013-01-14</p> | <p>Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 280/93, de 13 de agosto, que estabelece o regime jurídico do trabalho portuário.</p> |
| <p><i>Empresas de transporte marítimo - subsídios</i></p> <p>Despacho n.º 768/2013. D.R. n.º 9, Série II de 2013-01-14</p> | <p>No âmbito do "Projeto Modernização da Frota da Marinha de Comércio Nacional" determina-se a atribuição de subsídios às seguintes empresas: Empresa de Navegação Madeirense, Lda., Mutualista Açoriana de Transportes Marítimos, S. A., Transinsular - Transportes Marítimos Insulares, S. A. e Vieira & Silveira - Transportes Marítimos.</p> |
| <p><i>Tabelas de retenção na fonte – IRS 2013</i></p> <p>Despacho n.º 796-B/2013. D.R. n.º 9, 2.º Suplemento, Série II de 2013-01-14</p> | <p>Despacho que aprova as tabelas de retenção na fonte para o ano de 2013.</p> |
| <p><i>Declaração de desemprego</i></p> <p>Despacho n.º 819/2013. D.R. n.º 10, Série II de 2013-01-15</p> | <p>Aprovação dos modelos de requerimento de prestações de desemprego e declaração de situação de desemprego.</p> |

| ASSUNTO/DIPLOMA | DESCRIÇÃO |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><i>Pensionistas – subsídio de Natal</i> Declaração de Retificação n.º 2/2013. D.R. n.º 11, Série I de 2013-01-16</p> | <p>Retifica o Decreto-Lei n.º 3/2013, de 10 de janeiro, do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, que determina que durante o ano de 2013 o pagamento do montante adicional das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência atribuídas pelo sistema de segurança social, referente ao mês de dezembro, relativamente aos pensionistas cuja soma das pensões seja igual ou superior a (euro) 600, e do subsídio de Natal dos aposentados, reformados e demais pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, seja efetuado em duodécimos, publicado no Diário da República n.º 7, 1.ª série, de 10 de janeiro de 2013.</p> |
| <p><i>Unidade dos Grandes Contribuintes - legislação tributária</i> Decreto-Lei n.º 6/2013. D.R. n.º 12, Série I de 2013-01-17</p> | <p>No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aprova alterações à legislação tributária, de modo a garantir o adequado funcionamento da Unidade dos Grandes Contribuintes no âmbito da Autoridade Tributária e Aduaneira. Está prevista a criação de um procedimento de assistência pré -declarativa, para se reduzir o risco fiscal de operações complexas, resultante da incerteza quanto à sua qualificação jurídico – tributária.</p> |
| <p><i>Contratos de aquisição de serviços - procedimentos</i> Portaria n.º 16/2013. D.R. n.º 12, Série I de 2013-01-17</p> | <p>Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo, dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública e revoga a Portaria n.º 9/2012, de 10 de janeiro, aplicável a todos os contratos de aquisição de serviços, nomeadamente nas modalidades de tarefa e de avença e, ou, cujo objeto seja a consultadoria técnica, designadamente jurídica, arquitetónica, informática ou de engenharia, celebrados por órgãos, serviços e entidades abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro.</p> |
| <p><i>Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC)</i> Portaria n.º 17/2013. D.R. n.º 13, Série I de 2013-01-18</p> | <p>Fixa o número máximo de estagiários a selecionar anualmente e estabelece os prazos de candidaturas para o Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC).</p> |
| <p><i>Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC)</i> Portaria n.º 18/2013. D.R. n.º 13, Série I de 2013-01-18</p> | <p>Regulamenta o Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado (PEPAC).</p> |
| <p><i>Cursos Profissionais – QREN- POPH</i> Despacho n.º 1035/2013. D.R. n.º 13, Série II de 2013-01-18</p> | <p>Alteração ao Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção n.º 1.2 "Cursos Profissionais", do Eixo 1 "Qualificação Inicial" do POPH, aprovado pelo Despacho n.º 18224/2008, de 8 de julho.</p> |
| <p><i>Projeto de Investimento de interesse estratégico</i> Despacho n.º 1202-A/2013. D.R. n.º 13, Suplemento, Série II de 2013-01-18</p> | <p>Declara o interesse estratégico do Projeto de Investimento da Altranportugal, S.A. para efeitos de enquadramento nas tipologias de investimento suscetíveis de apoio no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação.</p> |
| <p><i>Centro Conferência de faturas do SNS</i> Portaria n.º33/2013. D.R. n.º 13, Série II de 2013-01-18</p> | <p>Procede ao reescalonamento da despesa já autorizada no âmbito do contrato relativo ao Centro de Conferência de faturas do Serviço Nacional de Saúde.</p> |
| <p><i>Listagem trabalhadores aposentados SSAP</i> Aviso n.º 823/2013.D.R. n.º 13, Série II de 2013-01-18</p> | <p>Listagem dos trabalhadores dos SSAP que cessaram a relação jurídica de emprego público por motivo de aposentação.</p> |
| <p><i>Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais - Nações Unidas</i> Decreto do Presidente da República n.º 12/2013. D.R. n.º 14, Série I de 2013-01-21</p> | <p>Ratifica o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 10 de dezembro de 2008.</p> |
| <p><i>Dístico de identificação - sistema de recuperação de vapores de gasolina</i> Despacho n.º 1221/2013. D.R. n.º 14, Série II de 2013-01-21</p> | <p>O dístico de identificação do sistema de fase II de recuperação de vapores de gasolina segue o modelo "CECOD VR2 pictograma", proposto pelo comité europeu de fabricantes de equipamentos para medição de combustíveis e derivados (CECOD).</p> |
| <p><i>Manual de aeródromo</i> Regulamento n.º 36/2013. D.R. n.º 14, Série II de 2013-01-21</p> | <p>Define as especificações dos elementos a incluir no manual de aeródromo.</p> |

| ASSUNTO/DIPLOMA | DESCRIÇÃO |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Modelo do certificado de aeródromo</i> Regulamento n.º 37/2013. D.R. n.º 14, Série II de 2013-01-21 | Aprova o modelo do certificado de aeródromo. |
| <i>Reforma do Estado</i> Resolução da Assembleia da República n.º 4-A/2013. D.R. n.º 14, Suplemento, Série I de 2013-01-21 | Constituição de uma comissão eventual para a reforma do Estado. |
| <i>Atividade transitória e transporte em táxi</i> Lei n.º 5/2013. D.R. n.º 15, Série I de 2013-01-22 | Simplifica o acesso à atividade transitória e ao transporte em táxi, através da eliminação dos requisitos de idoneidade e de capacidade técnica ou profissional dos responsáveis das empresas, e ao transporte coletivo de crianças, através da eliminação dos requisitos de capacidade técnica ou profissional dos responsáveis das empresas. |
| <i>Acesso e exercício da profissão de motorista de táxi</i> Lei n.º 6/2013. D.R. n.º 15, Série I de 2013-01-22 | Aprova os regimes jurídicos de acesso e exercício da profissão de motorista de táxi e de certificação das respetivas entidades formadoras. |
| <i>Acesso e exercício da atividade de realização de auditorias energéticas</i> Lei n.º 7/2013. D.R. n.º 15, Série I de 2013-01-22 | Aprova o regime de acesso e exercício das atividades de realização de auditorias energéticas, de elaboração de planos de racionalização dos consumos de energia e de controlo da sua execução e progresso, nomeadamente mediante a emissão de relatórios de execução e progresso, no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE) e no âmbito de aplicação do regulamento da gestão do consumo de energia para o setor dos transportes, aprovado pela Portaria n.º 228/90, de 27 de março, alterando o Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril. |
| <i>Requerimentos de pagamentos de créditos</i> Édito n.º 30/2013. D.R. n.º 16, Série II de 2013-01-23 | Anuncia requerimentos de pagamentos de créditos por falecimento de beneficiários. |
| <i>Autoriza encargos ARS Norte</i> Portaria n.º 41/2013. D.R. n.º 17, Série II de 2013-01-24 | Autoriza a Administração Regional de Saúde do Norte I.P., a assumir encargos com a Diaverum - Investimentos e Serviços, Lda., referente ao contrato de convenção para prestação de cuidados de saúde na área de diálise e à repartição dos respetivos encargos. |
| <i>Compromissos plurianuais</i> Declaração de retificação n.º 14/2013. D.R. n.º 17, Série II de 2013-01-24 | Retifica o despacho n.º 16635-C/2012, publicado no Diário da República n.º 252/2012, de 31 de dezembro de 2012 (Autoriza, o Instituto da Segurança Social, I.P. e as Administrações Regionais de Saúde, I.P., a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos programa celebrados e renovados durante o ano de 2012). |
| <i>Proteção social - trabalhadores independentes</i> Decreto-Lei n.º 12/2013. D.R. n.º 18, Série I de 2013-01-25 | Estabelece o regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores independentes com atividade empresarial e dos membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas. |
| <i>Regimes jurídicos de proteção social</i> Decreto-Lei n.º 13/2013. D.R. n.º 18, Série I de 2013-01-25 | Altera os regimes jurídicos de proteção social no desemprego, morte, dependência, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos e complemento por cônjuge a cargo, do sistema de segurança social. |
| <i>Regime sancionatório do setor energético</i> Lei n.º 9/2013. D.R. n.º 19, Série I de 2013-01-28 | Aprova o regime sancionatório do setor energético, transpondo, em complemento com a alteração aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, as Diretivas n.º 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural e revogam, as Diretivas n.º 2003/54/CE e 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003. |
| <i>Proteção do consumidor</i> Lei n.º 10/2013. D.R. n.º 19, Série I de 2013-01-28 | Procede à 5.ª alteração da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, à 3.ª alteração da Lei n.º 24/96, de 31 de julho, e à 7.ª alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, no sentido de se atribuir maior eficácia à proteção do consumidor. |

| ASSUNTO/DIPLOMA | DESCRIÇÃO |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias</i> Lei n.º 11/2013. D.R. n.º 19, Série I de 2013-01-28 | Estabelece um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013. |
| <i>Tarifas transitórias de gás natural – alargamento de prazo</i> Decreto-Lei n.º 15/2013. D.R. n.º 19, Série I de 2013-01-28 | Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 66/2010, de 11 de junho, no sentido de alargar o período de aplicação das tarifas transitórias para fornecimentos de gás natural aos clientes finais com consumos anuais superiores a 10 000 m3. |

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

| Siglas | Descrição | Siglas | Descrição |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----------------------------------------------------------|
| ACAP | Associação do Comércio Automóvel de Portugal | IUC | Imposto Único de Circulação |
| ADSE | Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública | IVA | Imposto sobre o Valor Acrescentado |
| AL | Administração Local | MC | <i>Ministry of Commerce of China</i> |
| AR | Administração Regional | Michigan | Universidade de Michigan |
| BCE | Banco Central Europeu | NBSC | <i>National Bureau of Statistics of China</i> |
| BEA | <i>Bureau of Economic Analysis</i> | OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| BGFRS | <i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i> | OE | Orçamento do Estado |
| BLS | <i>Bureau of Labour Statistic</i> | ONS | Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido |
| BP | Banco de Portugal | OT | Obrigações do Tesouro |
| BT | Bilhetes do Tesouro | PIB | Produto Interno Bruto |
| BVLP | Bolsa de Valores de Lisboa e Porto | SDDS | <i>Special Data Dissemination Standard</i> |
| CE | Comissão Europeia | SFA | Serviços e Fundos Autónomos |
| CEDIC | Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo | SNS | Serviço Nacional de Saúde |
| CGA | Caixa Geral de Aposentações | SS | Segurança Social |
| CMMM | Comissão do Mercado de Valores Mobiliários | UE | União Europeia |
| COGJ | <i>Cabinet Office Government of Japan</i> | VAB | Valor Acrescentado Bruto |
| DGEG | Direção-geral de Energia e Geologia | Yahoo | <i>Finance Yahoo</i> |
| DGO | Direção-geral do Orçamento | | |
| DGT | Direção-geral do Tesouro | | |
| EPA | <i>Economic Planning Agency</i> | | |
| Eurostat | Instituto de Estatística da UE | | |
| FBCF | Formação Bruta de Capital Fixo | | |
| FMI | Fundo Monetário Internacional | | |
| FSO | Instituto Nacional de Estatística da Alemanha | | |
| GEE | Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego | | |
| GPEARI | Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública | | |
| IEFP | Instituto de Emprego e Formação Profissional | | |
| IGCP | Instituto de Gestão do Crédito Público | | |
| IGFSS | Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social | | |
| IHPC | Índice Harmonizado de Preços no Consumidor | | |
| INE | Instituto Nacional de Estatística | | |
| INSEE | Instituto Nacional de Estatística da França | | |
| IPC | Índice de Preços no Consumidor | | |
| IRC | Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas | | |
| IRS | Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares | | |
| IS | Imposto do Selo | | |
| ISM | <i>Institute for Supply Management</i> | | |
| ISP | Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos | | |
| ISTAT | Instituto Nacional de Estatística da Itália | | |
| ISV | Imposto sobre Veículos | | |

| Siglas | Unidades |
|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| % | Porcentagem |
| p.p. | Pontos percentuais |
| p.b. | Pontos base |
| EUR/USD | Dólar americano por euros |
| EUR/GBP | Libra esterlina por euros |
| MM3 | Médias móveis de três termos |
| SRE | Saldo de respostas extremas |
| VA | Valores acumulados |
| VC | Varição em cadeia |
| VCS | Valor corrigido de sazonalidade |
| VE | Valor efetivo |
| VH | Varição homóloga |
| VHA | Varição homóloga acumulada |
| VITA | Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano |
| VM01 | Varição homóloga dos últimos 01 meses |

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.